



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

REDES POLÍTICAS DO PODER MONÁRQUICO:
OS REINADOS DE JUAN II E ENRIQUE IV DE CASTELA (SÉCULO XV)

Gabriel Soledade Pereira Lima

Brasília – DF

2021

GABRIEL SOLEDADE PEREIRA LIMA

**REDES POLÍTICAS DO PODER MONÁRQUICO:
OS REINADOS DE JUAN II E ENRIQUE IV DE CASTELA (SÉCULO XV)**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em História, sob orientação da Professora Dra. Maria Filomena Pinto da Costa Coelho.

Brasília – DF

2021

AGRADECIMENTOS

Muito tempo transcorreu entre o início da minha pesquisa, em 2017, e a conclusão desta monografia. Nesta jornada da graduação, com muitos altos e baixos, tive a grande sorte de contar com o apoio de pessoas incríveis. Graças a cada uma delas pude aproveitar esse período, e perseverar apesar das dificuldades que se impuseram.

De início preciso agradecer aos meus pais, Antônio e Danielle. Cada um, à sua maneira, me possibilitou chegar onde estou. A educação, o apoio, e o carinho de vocês, foram fundamentais para que eu, além de conseguir enfrentar as responsabilidades do caminho acadêmico, lidasse com a transição para a vida adulta da melhor maneira possível. Sou extremamente grato a tudo que vocês fizeram por mim.

Preciso agradecer também aos amigos. Caio, Cássio, Luca, Pedro e Davi, conheço alguns de vocês há mais de dez anos. O que o amor pela música ajudou a reunir no ensino fundamental se transformou em um grupo de amigos – na verdade irmãos – que só foi crescendo e ficando cada vez mais unido. Sei que essa nossa família continuará junta até o fim dos nossos anos. Além dos amigos de longa data, a outros tive o prazer de conhecer já na universidade. Cantieri, André... Vocês ajudaram a tornar essa jornada muito mais prazerosa e divertida, com a nossa infame “turma do fundão”. Não se tratava somente de fazer graça, mas também de apoiar um ao outro – vivendo experiências tão semelhantes – nessa busca pelo conhecimento. Sou muito grato a cada um de vocês.

Agradeço também ao meu terapeuta, Fabrício, que esteve trabalhando comigo durante quase todos os anos da graduação. Lidar com as minhas ansiedades durante esses anos não foi fácil e, sem a sua ajuda, dificilmente estaria onde estou hoje.

Finalmente, tenho que agradecer à minha orientadora, Filomena, por me guiar durante todo esse processo. Apesar de ser seu fã, desde as aulas de H. Medieval 1, tornar-me seu orientando possibilitou conhecer mais de perto todas as suas qualidades como profissional: disponibilidade, profissionalismo, conhecimento, sensibilidade. Tudo isso reforça a admiração que tenho por você, como pesquisadora, professora, e como pessoa. Sem a sua orientação e alguns – merecidos – “puxões de orelha”, eu dificilmente teria concluído este trabalho. Só tenho a agradecer.

Dedico este trabalho a todos que me ajudaram a chegar até aqui.

RESUMO

Resumo: Os reinados de Juan II (1405-1454) e Enrique IV (1454-1474) de Castela são caracterizados como um período de crise política e institucional. A historiografia que aborda o período, a partir de certa tradição interpretativa, contrapõe seus governos – marcados pela fraqueza e pela sublevação nobiliárquica – ao de sua sucessora, Isabel I – definido por suposta estabilidade institucional e centralização do poder. Tal concepção possui em seu cerne uma chave explicativa fundamental: o conflito entre nobreza e monarquia. Neste contexto, a vitória de Juan II e seu Condestável, Álvaro de Luna, sobre os Infantes de Aragão na Batalha de Olmedo (1445) representa – para a historiografia – a conclusão de um período de anarquia e conflito, marcado pelo papel ativo da nobreza e, supostamente, pela passividade régia. Esta pesquisa pretende analisar o contexto político que se estabelece após a batalha, com especial atenção à conformação das redes de poder, a fim de apreender aspectos da concepção e do funcionamento do poder monárquico. Para tanto, será considerada uma seleção de crônicas régias do período, em constante diálogo com a historiografia.

Palavras-chave: Juan II, Enrique IV, Castela Medieval, Nobreza, Monarquia, Redes Políticas.

ABSTRACT

Abstract: The reigns of Juan II (1405-1454) and Enrique IV (1454-1474) of Castile are portrayed as a period of political and institutional crisis. Historiography that approaches the period, from an interpretive tradition, opposes their governments – marked by weakness and nobiliarchic insurrection – with that of their successor, Isabel I – defined by institutional stability and centralization of power. This conception has at its core a fundamental explanatory key: the conflict between nobility and monarchy. In this context, the victory of Juan II and his Constable, Álvaro de Luna, over the Infantes of Aragon at the Battle of Olmedo (1445) represents – for historiography – the conclusion of an anarchical and confrontational period, marked by the active role of nobility and, allegedly, by royal passivity. This research aims to analyze the political context established after the battle, with special attention to the conformation of the networks of power, to apprehend aspects of the conception and functioning of monarchical power. For this, a selection of regal chronicles from the period will be considered, in constant dialogue with historiography.

Keywords: Juan II, Enrique IV, Medieval Castile, Nobility, Monarchy, Political Networks.

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo 1 – Nobreza e monarquia: uma análise do discurso historiográfico	11
1.1 Interpretações da historiografia de síntese.....	11
1.2 Interpretações da historiografia de caráter monográfico.	16
Capítulo 2 – Disputa pelo poder: a ação das redes políticas em Castela	23
2.1. A Batalha de Olmedo.....	23
2.2. Os desterros e a conjuntura política após Olmedo.....	25
2.3. O início do reinado de Enrique IV.....	31
Capítulo 3 – Discurso, legitimidade e a concepção política da aristocracia	33
3.1. O monarca Juan II como polo de distribuição de poder.....	35
3.2. A plasticidade da Coroa como instrumento político.....	39
Reflexões Finais	43
Referências	45
Declaração de autenticidade	47

INTRODUÇÃO

O século XV é um período de extrema relevância para a historiografia que estuda a Península Ibérica. Nesse sentido, o reinado mítico de Isabel e Fernando, os Reis Católicos, representaria o culminar de uma série de processos já em curso por séculos, e extremamente significativo para a identidade nacional espanhola. Apesar da relevância da Reconquista e da própria união dos reinos – de Castela, Aragão e Navarra – pelo casamento dos monarcas, quando se trata do discurso historiográfico, o aspecto mais importante talvez seja a constituição de um tipo específico de Estado, que possui em seu cerne a centralização do poder. Neste ponto, a época de Isabel I é abordada sob uma perspectiva favorável pela historiografia, como um reinado estável e próspero.

Em certa medida, essa imagem de estabilidade é construída em contraste com os reinados que a precedem. Os governos de Juan II (1405-1454) e Enrique IV (1454-1474) são caracterizados como instáveis e anárquicos, e configuram a crise que precede o momento de estabilidade. Para a historiografia, são exemplos marcantes do conflito principal que define o século XV: a luta entre nobreza e monarquia. A própria figura pessoal do monarca também é alvo de crítica. Tanto Juan II quanto Enrique IV são retratados como indolentes, impotentes, e submissos aos seus validos – figuras controversas tanto na documentação quanto na historiografia. Questionar algumas dessas caracterizações será um dos focos principais desta monografia.

Quando se trata do conflito entre nobreza e monarquia, há dois momentos específicos identificados como sua representação mais emblemática no século XV. O primeiro, talvez o mais conhecido, é o conflito sucessório que precede o reinado de Isabel I, com múltiplos pretendentes ao trono, apoiados por diferentes setores da nobreza. O segundo, trata-se dos enfrentamentos ao redor de Álvaro de Luna, condestável de Castela e valido de Juan II. Sua ascensão a uma posição de extrema influência gerou tensões que seriam fundamentais para definir a dinâmica política do reino. Neste trabalho, a atenção recairá, sobretudo, no segundo caso, ainda que ressaltando uma perspectiva que extrapola a figura do Condestável.

No vilarejo castelhano de Olmedo, em 1445, dois grandes grupos se enfrentaram em batalha, disputando o poder. De um lado estavam o rei, Juan II, e seu valido, D. Álvaro de Luna, apoiados por vários aliados da nobreza castelhana – entre eles o príncipe e herdeiro Enrique. De outro, estavam os Infantes de Aragão, primos do monarca e – até o momento da batalha – grandes senhores com extensos títulos e domínios em Castela, apoiados por uma parcela da

nobreza castelhana. Ainda que o conflito se apresente de maneira dicotômica – como ocorre no campo de batalha – ao analisar o período que se segue, pode-se perceber que cada um dos dois partidos enfrentados em Olmedo caracterizam-se por forte complexidade em sua composição. A derrota dos Infantes de Aragão e seus aliados propicia a apropriação de seus senhorios pelo monarca, e sua subsequente distribuição a aliados e apoiadores deste. A dinâmica dos desterros – o confisco de terras e títulos dos nobres vencidos em Olmedo – é fator estruturante da dinâmica política que ocorre ao final do reinado de Juan II, e influencia os anos iniciais de seu sucessor, Enrique IV.

Para fundamentar este trabalho, serão consideradas quatro crônicas, em variadas edições impressas, de diferentes autores – ou de autoria disputada – escritas antes, durante, e depois dos reinados de Juan II e Enrique IV. Cada uma delas possui seus objetivos e intencionalidades narrativas, procurando construir uma memória que favorece a agenda do grupo político que a encomenda. O conflito narrativo entre elas, portanto, é um reflexo da disputa mais ampla que ocorre no período.

A *Crónica de Juan II* começa a ser produzida em 1406, encomendada pelos regentes ao início de seu reinado: Catalina de Lancaster, sua mãe; e Fernando de Antequera, seu tio, e irmão do falecido Enrique III de Castela. A autoria do documento – como se observará na maior parte da documentação – não é um ponto pacífico para a historiografia. O primeiro autor – a quem se atribui a maior parte do texto – é o então chanceler do reino de Castela, Álvaro García de Santa María. Incumbido pelos regentes, D. Álvaro seria responsável pela escrita de duas das três partes da crônica, que tratam dos acontecimentos até o ano de 1435. De acordo com o cronista castelhano Lorenzo Galíndez de Carvajal (1472 - c. 1528), a autoria das partes subsequentes da crônica deve ser atribuída ao seu compilador, o cavaleiro Fernán Pérez de Guzmán, embora este ponto ainda suscite debates no meio historiográfico. O longo período de produção da crônica – que excede o próprio reinado de Juan II – aumenta a possibilidade de que intervenções e reconfigurações fossem realizadas no documento durante a sua produção, principalmente em suas partes iniciais¹. Entretanto, devido ao recorte, este trabalho considerará principalmente os trechos atribuídos a Fernán Pérez de Guzmán, que tratam dos acontecimentos de 1435 em diante.

A *Crónica del Halconero de Juan II* também é produzida em um contexto semelhante à *Crónica de Juan II*, associada ao patrocínio monárquico e ao ambiente cortesão. Sua autoria

¹ GÓMEZ REDONDO, Fernando. El conflicto de ser rey: Juan II, caballero andante. *Annexes des Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales*, vol. 16, 2004, p. 199-201.

é, também, dividida entre dois personagens. A primeira parte da crônica é atribuída ao falcoeiro-mor de Juan II, Pedro Carrillo de Huete – que dá o nome *Halconero* à crônica – e trata dos acontecimentos entre os anos de 1420 e 1441. A segunda parte da crônica é atribuída ao bispo Lope Barrientos – um clérigo de destaque nas disputas políticas do período – e trata dos acontecimentos ocorridos entre 1441 e 1450. A edição que contém o texto de Lope Barrientos, por muito tempo, foi considerada uma espécie de revisão da obra de Carrillo de Huete. Entretanto, hoje se entende que o autor apenas fez acréscimos ao manuscrito anterior sem alterá-lo². Manuel González Jiménez, ao apresentar a crônica, afirma que, “ainda que o tom pró-monárquico da obra se mantenha em toda ela, o estilo e, sobretudo, a forma de historiar são completamente distintos...”³. O contexto de início de produção da obra, ainda que incerto, é presumido como posterior ao início da *Crónica de Juan II*.

A *Crónica de Álvaro de Luna*, das fontes estudadas neste trabalho, talvez seja a mais incerta em termos de autoria. No prólogo da edição impressa de 1784, Josef Miguel de Flores discute uma série de questões acerca do contexto de produção do documento. Sobre o autor da fonte, afirma que o “afeto e o detalhe com que se refere aos movimentos, palavras e propriedades do Mestre, qualificam que era uma pessoa a seu serviço. E isto é o que unicamente se pode conjecturar, e afirmar com solidez acerca do autor”⁴. De acordo com Miguel de Flores, o início da escrita da crônica deu-se entre 1453, ano da morte do Condestável, e 1460. A *Crónica de Álvaro de Luna*, portanto, ainda que posterior ao reinado de Juan II, trata dos acontecimentos em torno da figura do Condestável. Embora, muitas vezes, a crônica discorra sobre eventos semelhantes aos abordados na *Crónica de Juan II* e na *Crónica del Halconero*, o faz sob uma perspectiva distinta, marcadamente favorável a Álvaro de Luna.

Em último lugar na cronologia das obras, a *Crónica de Enrique IV*, de Alonso de Palencia, possui algumas particularidades que dizem respeito à sua tipologia. O título de crônica

² BELTRÁN, Rafael. Introducción a la Crónica del Halconero de Pedro Carrillo de Huete, In: CARRILLO DE HUETE, Pedro. **Crónica del Halconero de Juan II**: Universidad de Granada, 2006, p.26: “Don Lope de Barrientos, en fin, no fue un ‘refundidor’ sino que, limitándose al período de 1441 a 1450 [...] ‘construyó un relato muy personal que atendiera a su implicación en ciertos sucesos, reflejara la visión ideológica que el Príncipe representaba y ajustara cuentas con los enemigos de la corte’”.

³ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Presentación. In: CARRILLO DE HUETE, Pedro. **Crónica del Halconero de Juan II**. MATA CARRIAZO, Juan de (ed.); Granada: Universidad de Granada, 2006, p. 7. No original: “Y, aunque el tono pro-monárquico de la obra se mantiene en toda ella, el estilo y, sobre todo, la forma de historiar son completamente distintos, como era de esperar tratándose de personajes de formación y mentalidad tan diferentes”. (Tradução nossa)

⁴ MIGUEL DE FLORES, Josef. **Crónica de D. Álvaro de Luna, condestable de los reynos de Castilla y de Leon**. Cópia digital. Valladolid: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009-2010. Madrid: en la imprenta de D. Antonio de Sancha, 1784. p. 6. No original: “El afecto, y proligidad con que refiere los movimientos, palabras y propiedades del Maestro, califican que era persona empleada en su servicio. Y esto es lo que únicamente se puede conjeturar, y afirmar con solidez acerca del Autor”. (Tradução nossa)

lhe foi atribuído muito posteriormente, quando traduzida para o espanhol por Antonio Paz y Melia, no início do século XX. A obra original, denominada *Gesta Hispaniensia ex Annalibus* – também conhecida como *Décadas* – escrita em latim, estava dividida em quatro partes, ou quatro décadas. Nas três primeiras – que correspondem aos três tomos da crônica publicada por Paz y Melia – o autor discorre sobre os reinados de Enrique IV e Juan II, este último apenas em seus anos finais. Alonso de Palencia foi um humanista formado na Itália em sua juventude, associando-se posteriormente ao arcebispo de Sevilha, Alonso de Fonseca. No ano de 1456 – portanto já no reinado de Enrique IV – assumiu a posição de cronista real, provavelmente iniciando a produção do documento no mesmo período. Apesar da associação do autor com a monarquia, a *Crónica de Enrique IV* é marcadamente crítica à figura do rei. As conexões políticas de Alonso de Palencia com os apoiadores do príncipe Alfonso e, posteriormente, da princesa Isabel – que o tornará cronista régio quando sobe ao poder em 1474 – fornecem algumas pistas em relação ao caráter crítico da crônica⁵. Neste trabalho, será estudado apenas o primeiro tomo, compatível com o recorte cronológico adotado.

A proposta é, portanto, interpretar as quatro crônicas referidas – com o apoio de obras historiográficas conhecidas – para analisar as movimentações políticas que ocorrem no período de transição entre os reinados de Juan II e Enrique IV. Estudar a intensa competição pelo poder ocorrida no período – que reverbera na própria disputa narrativa pela memória dos acontecimentos – pode elucidar aspectos essenciais da dinâmica política e da concepção e funcionamento do poder monárquico. A partir de tais problemas, é possível defender um ponto de vista alternativo àquele frequentemente apresentado pela historiografia, ou seja, o enfrentamento entre nobreza e monarquia.

⁵ MONTERO MÁLAGA, Alicia Inés. Dos cronistas para un reinado: Alonso de Palencia y Diego Enríquez del Castillo. *Estudios Medievales Hispánicos*, N° 2, 2013, p. 112.

CAPÍTULO 1

Nobreza e Monarquia: uma análise do discurso historiográfico

Os grupos nobiliárquicos são uma peça importante do século XV castelhano. É através da polarização entre eles e a monarquia que alguns historiadores buscam definir o século como conflituoso, embora necessário para que sistemas e configurações políticas pudessem, em seguida, emergir em seu estado pleno. Como frequentemente ocorre em uma polarização, recorre-se a representações que não ilustram adequadamente a complexidade interna desses grupos. De fato, do ponto de vista da História, é comum analisar os grupos da nobreza e da monarquia de maneira homogênea, bem como separá-los em blocos de forma clara. Explorar o papel desses grupos na narrativa historiográfica será o principal objetivo deste capítulo.

1.1. Interpretações da historiografia de síntese

Tomando as obras historiográficas de caráter mais geral e de síntese como primeira etapa, podemos perceber uma clara associação dos grupos nobiliárquicos a uma tendência disruptiva, conflituosa, e de oposição aos objetivos da monarquia. Nos momentos em que se posiciona no holofote da narrativa historiográfica, a nobreza aparece como um grupo coeso de interesses bem definidos. Além da expansão de suas rendas e privilégios, os nobres ibéricos são caracterizados politicamente como defensores do pactismo e como oposição às aspirações monárquicas de centralismo político e fortalecimento. Essa caracterização se estende além da metade do século XV, na medida em que a nobreza aparece como cerne dos conflitos armados. Ela pode ser contrastada à caracterização que alguns historiadores fazem sobre o último quarto do século: o governo dos Reis Católicos. Eduardo Manzano expõe brevemente uma síntese dessa perspectiva:

Quando chega a data de 1474, a História parece se tornar providencialista. Se o terceiro quarto do século XV está marcado por guerras, querelas e conflitos generalizados em toda a península, a proclamação de Isabel em Castela naquele ano, e em 1479 a de seu marido em Aragão, tem efeitos balsâmicos sobre a narrativa: os nobres parecem se tornar razoáveis, os camponeses aceitam sua condição satisfeitos, as instituições começam a funcionar corretamente e até mesmo o próprio reino de Granada [...] parece se desfazer diante da firme vontade de conquista implantada pelos monarcas.⁶

⁶ MANZANO MORENO, Eduardo. *Épocas Medievales*. In: FONTANA, J.; VILLARES, R.. **Historia de España**. Madrid: Critica/Marcial Pons, 2010, p. 657-658. No original: “*Llegada la fecha de 1474 la Historia parece volverse providencialista. Si el tercer cuarto del siglo XV está marcado por guerras, querellas y conflictos*”

Ainda que tente se distanciar dessa lógica narrativa, Manzano ecoa a pacificação dos conflitos nobiliárquicos no reinado de Isabel I. As razões que atribui ao protagonismo da nobreza na sua explicação reforçam a associação a um caráter disruptivo:

Uma apreciação justa, entretanto, deveria levar em conta que os Reis Católicos conseguiram desativar em um espaço de tempo relativamente curto [...] uma série de conflitos que vinham se arrastando há muito tempo atrás e que, melhor ou pior resolvidos, não voltaram a surgir [...]. O mantido com a nobreza é, sem dúvida, um dos conflitos que muda definitivamente ao longo do reinado: parece evaporar em Castela após a guerra de sucessão [...]. De fato, seu governo [...] perseguia dois objetivos aparentemente paradoxais: por um lado, institucionalizar os conflitos e os meios de governo e, por outro, esvaziar as instituições de conflito e tornar os meios de governo mais independentes.⁷

A dominação da nobreza pela monarquia no reinado de Isabel I é um ponto que ecoa em grande parte da historiografia:

Um pouco dividido, o ‘partido’ dos nobres conseguia, todavia, em 1474, pôr no trono Isabel de Castela, mas esta, uma vez alcançado o poder, recomeçou com a política tradicional dos soberanos castelhanos, impondo o seu controlo sobre a nobreza, pela força ou mediante privilégios.⁸

A nobreza, nesse reinado, perde protagonismo. A “evaporação” dos conflitos nobiliárquicos identificada por Manzano, no trecho citado, confirma essa tendência da historiografia. Seja ela atribuída aos próprios monarcas, às suas configurações de governo, ao serviço de oficiais dependentes da coroa, ou à dedicação do povo castelhano na Reconquista⁹, a eliminação da “desordem que encarnava o *faccionalismo* nobiliárquico”¹⁰ não reconhece

generalizados en toda la península, la proclamación ese año de Isabel en Castilla, y en 1479 la de su marido en Aragón, ostenta efectos balsámicos en la narración: los nobles parecen volverse razonables, los campesinos aceptan su condición satisfechos, las instituciones comienzan a funcionar adecuadamente y hasta el propio reino de Granada [...] parece deshacerse ante la firme voluntad de conquistista desplegada por los monarcas”. (Tradução nossa)

⁷ *Ibidem*, p. 659-660. No original: “Una justa apreciación, sin embargo, debería tener en cuenta que los Reyes Católicos consiguieron desactivar en un espacio de tiempo relativamente corto [...] una serie de conflictos que venían arrastrándose desde mucho tiempo atrás y que, mejor o peor resueltos, no volvieron a plantearse [...]. El mantenido con la nobleza es, sin duda, uno de los conflictos que cambia definitivamente a lo largo del reinado: parece evaporarse en Castilla después de la guerra de sucesión [...]. De hecho, su gobierno [...] perseguía dos objetivos, aparentemente paradójicos: por un lado, institucionalizar los conflictos y los medios de gobierno y, por otro, vaciar de conflictos las instituciones y hacer más independientes los medios de gobierno”.

⁸ RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Editorial Estampa, Lisboa, 1995, p. 223.

⁹ VALDEÓN BARUQUE, Julio. El Reino de Castilla en la Edad Media. In: SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis (Org.). **Panoramas de la historia universal**. Bilbao, Ediciones Moreton, S.A., 1968, p. 152: “Con esto conseguían al mismo tiempo ‘dar salida a las energías del pueblo castellano, antes fratricida, y elevar la lucha civil a la lucha nacional, la guerra intestina a guerra externa”.

¹⁰ MANZANO MORENO. *op. cit.*, p. 660: “En realidad, esos objetivos se adaptaban bastante bien a la mentalidad y a los usos de las gentes en las que recayó una parte considerable del peso del funcionamiento de la administración del reino: esas ‘personas prudentes y de habilidad para servir’ que – dicen los cronistas – rodeaban a los monarcas. Por lo general se trataba de hombres procedentes de las oligarquías locales medias [...] que tenían en común su dependencia de la corona y su confianza en el uso de los engranajes administrativos tanto para maquinar su propia promoción social como para *atajar el desorden que encarnaba el faccionalismo nobiliario*”.

participação ativa da nobreza, que até então era, supostamente, o motor de grande parte dos conflitos.

Enquanto a nobreza é desconsiderada em favor de conquistas institucionais, nacionais e políticas de Isabel I, durante os reinados anteriores, de Juan II e Enrique IV, ela assume um protagonismo marcante – seu fortalecimento concomitante ao da dinastia Trastâmara é definido como uma “corrente de fundo que explica toda uma época”¹¹. Marcados por disputas, os reinados em questão foram palco de intensa movimentação política da nobreza tanto em âmbito castelhano quanto ibérico. A turbulência dos reinados e o conflito entre as ambições monárquicas e nobiliárquicas estão frequentemente associados:

As grandes linhagens que iam se constituindo em Castela como resultado do triunfo de Enrique II, formam uma oligarquia fechada na primeira metade do século XV. Eles têm força econômica e prestígio social. Não é a ambição pura que os move. No terreno político têm ideias concretas. A nobreza busca dar à monarquia ‘uma estrutura... contratual, ligando o monarca... à dúzia e meia de linhagens que acumulavam riqueza e poder’.¹²

Em outra ordem, os Reis Católicos significam o estabelecimento da monarquia de tipo autoritário. Assim, encerram o longo caminho iniciado de uma maneira teórica por Alfonso X e, no campo prático, por Alfonso XI.¹³

Estes, em efeito, parecem estar trançados em torno do que tem sido chamado de luta nobreza-monarquia, que é, em realidade, o enfrentamento entre a comunidade do reino, ansiosa para impor um regime contratual de governo, e o próprio rei, que aspira se livrar de tais compromissos pactistas.¹⁴

A associação da agenda política da nobreza ao “enfraquecimento” da monarquia é algo recorrente nas obras de síntese historiográfica. Os nobres – principalmente os “Grandes” de Castela – são caracterizados como oposição ao centralismo defendido por alguns personagens desses reinados, entre eles o “*valido*” de Juan II, Álvaro de Luna, e o infante de Aragão D. Juan, posteriormente, Juan II de Aragão e Navarra. Tal oposição no plano ideológico não impediu

¹¹ Ibidem, p. 627: “A lo que realmente apunta es a que esta dinastía estaba adquiriendo un poder sin precedentes, que se correspondía con el **fortalecimiento de unas élites nobiliarias afectas a ella**. Estas elites trenzaron alianzas, establecieron fidelidades y acabaron imponiendo una hegemonía dentro de sus propios reinos constituyendo así la **verdadera corriente de fondo que explica toda una época**”. (Grifo nosso).

¹² VALDEON BARUQUE. op. cit., p. 123. No original: “Los grandes linajes que se habían ido constituyendo en Castilla a raíz del triunfo de Enrique II, forman una cerrada oligarquía en la primera mitad del siglo XV. Tienen fuerza económica y prestigio social. No es pura ambición lo que les mueve. En el terreno político tiene unas ideas concretas. La nobleza es partidaria de dar a la monarquía ‘una estructura... contractual, ligando al monarca... a la docena y media de linajes que juntaban riqueza y poder’”. (Tradução nossa)

¹³ Ibidem, p. 153. No original: “En otro orden de cosas, los Reyes Católicos significan la instauración de la monarquía de tipo autoritario. Dan así remate al largo camino iniciado de una manera teórica por Alfonso X y, en el terreno práctico, por Alfonso XI”. (Tradução nossa)

¹⁴ GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. La época medieval. In: ARTOLA, Miguel. **Historia de España**. Alianza Editorial, Madrid, 1988, p. 351. No original: *Estos, en efecto, parecen trenzarse en torno a lo que se ha llamado la lucha nobleza-monarquía, que es, en realidad, el enfrentamiento entre la comunidad del reino, deseosa de hacer respetar un régimen contractual de gobierno, y el propio rey, que aspira a desembarazarse de semejantes compromisos pactistas*”. (Tradução nossa)

que os grupos nobiliárquicos se associassem livremente a figuras “centralistas”, gerando situações complexas na medida em que famílias da nobreza frequentemente mudavam de lado, ora apoiando os partidos “centralistas” e “solidificando” a autoridade régia, ora posicionando-se contra eles. De qualquer maneira, a escolha do centralismo ou autoritarismo como ponto final da “marcha” da história concede à nobreza o *status* de empecilho no processo de constituição da política espanhola:

No decurso da segunda metade do século XV, Castela era um reino em plena expansão, centralizado, dotado de órgãos de governo complexos e de um sistema fiscal baseado nas contribuições indirectas e eclesiásticas, dotado igualmente de instrumentos simbólicos [...] necessários à expressão de um ‘sentimento nacional’, que lhe iam permitir abordar em situação de hegemonia os acontecimentos do fim do século. **As perturbações devidas à nobreza, se enchem as crónicas, retardaram, mas não entravaram, o processo de centralização, de génese de um estado moderno, que caracterizava o reino desde o século XIII.**¹⁵

Além de seu projeto político, o caráter disruptivo da nobreza é acentuado quando unido ao seu desejo de expandir rendas e controlar os recursos materiais do reino. Interpretações como a de Joseph O’Callaghan enfatizam bem tal concepção:

Em Castela, os membros da família Trastámara abusaram de sua relação com o rei e contribuíram para a quase anarquia que lá prevaleceu. A inaptidão dos reis castelhanos diminuiu em grande medida o prestígio da monarquia e encorajou rivalidades incessantes entre a nobreza que buscava controlar os recursos da Coroa. Dominados pelos favoritos, os reis eram incapazes de governar efetivamente ou de restringir as depredações dos nobres.¹⁶

... a nobreza era problemática e difícil de controlar e infeliz pois os Infantes de Aragão tinham um espaço tão grande nos assuntos do reino que existia pouco espaço para eles.¹⁷

Seu¹⁸ reinado foi uma tragédia, pois o declínio da autoridade régia e do prestígio que caracterizaram o governo de seu pai permaneceu desenfreado, permitindo que a arrogância da aristocracia se expandisse além de todos os limites.¹⁹

Como dito anteriormente, alguns historiadores identificam a causa monárquica e o centralismo como a predestinação política de Castela. Tal pressuposto possui consequências

¹⁵ RUCQUOI. *op. cit.*, p. 185. (Grifo nosso)

¹⁶ O’CALLAGHAN, Joseph F. **A History of Medieval Spain**. Cornell University Press, Ithaca, 1975, p. 549. No original: “*In Castile the members of the Trastámara family abused their relationship with the king and contributed to the near anarchy that prevailed there. The ineptitude of the Castilian kings greatly diminished the prestige of the monarchy and encouraged incessant rivalries among the nobility seeking to control the crown’s resources. Dominated by favorites, the kings were unable to rule effectively or to curb the depredations of the nobles*”. (Tradução nossa)

¹⁷ *Ibidem*, p. 554-555. No original: “...*the nobility were restless and difficult to control and unhappy because the infantes of Aragon had such a large place in the affairs of the kingdom that there was little room for them*”. (Tradução nossa)

¹⁸ O autor se refere ao monarca castelhano, Enrique IV.

¹⁹ *Ibidem*, p. 575. No original: “*His reign was a tragedy, for the decline of royal authority and prestige which had characterized his father’s rule continued unchecked, allowing the arrogance of the aristocracy to expand beyond all limits*”. (Tradução nossa)

lógicas para a caracterização da nobreza e da monarquia. Ao mesmo tempo em que a nobreza, defensora do pactismo, é apresentada como empecilho para o crescimento monárquico, os reis que não se adequam ao ideal centralizador tampouco são caracterizados favoravelmente. Juan II e Enrique IV, dessa maneira, são apresentados como ineficientes, débeis, na medida em que não se encaixam no modelo autoritário. A submissão de ambos às figuras dos “*validos*”, unida a ações de negociação, por vezes sofre críticas da historiografia. Valdeón Baroque, por exemplo, comenta o caminho escolhido por Enrique IV após a segunda Batalha de Olmedo, afirmando que o rei “com o apoio incondicional dos Mendoza, obtém uma importante vitória sobre os rebeldes (segunda batalha de Olmedo, 1467). Mas não sabe se aproveitar do triunfo. Prefere negociar com os derrotados”²⁰. Subentende-se, portanto, que na opinião do historiador, teria sido preferível que o monarca tivesse subjugado a nobreza.

Alguns historiadores, como Eduardo Manzano Moreno e Luis Suárez Fernández, empreendem esforços para se distanciarem de algumas dessas concepções. O caráter disruptivo da nobreza e seu “*status*” de empecilho na marcha para o Estado moderno recebe menos destaque em detrimento de uma narrativa que sublinha as aspirações da nobreza a um plano de governo:

De qualquer forma, devemos evitar cuidadosamente qualquer generalização: a luta entre nobreza e monarquia, como entre o rei e o patriciado catalão, não pode ser julgada com simplismo como se de um lado estivessem ordem e paz e, do outro anarquia e ambição pessoal. Cada lado possui, ao lado de ambições sórdidas, programas de governo dignos de estima.²¹

Mesmo que busquem ressaltar o aspecto ideológico-político, esses autores não se distanciam de algumas concepções apresentadas até aqui. A dinâmica monarca-valido ainda permanece como evidência do enfraquecimento da monarquia, os reis “submetidos” continuam caracterizados como incompetentes, indolentes e débeis, e a dicotomia nobreza-monarquia ainda opera como categoria explicativa.

Em conclusão, quando se trata da historiografia de síntese, é possível perceber como a nobreza é caracterizada de forma a sublinhar seu papel disruptivo, de empecilho a ser superado para o progresso político ibérico. Em alguns casos, tais afirmações são realizadas abertamente.

²⁰ VALDEON BARUQUE. op. cit., p. 127. No original: “*Enrique IV, con el incondicional apoyo de los Mendoza, obtiene una importante victoria sobre los rebeldes (segunda batalla de Olmedo, 1467). Pero no sabe aprovecharse del triunfo. Prefiere negociar con los derrotados*”. (Tradução nossa)

²¹ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. **Historia de España**: Edad Media. Madrid, Editorial Gredos, S.A., 1970. p.522. No original: “*De todas formas, debemos evitar cuidadosamente cualquier generalización: la lucha entre nobleza y monarquía, como entre el rey y el patriciado catalán, no puede ser juzgada con simplismo como si a un lado estuviesen el orden y la paz y al otro la anarquía y la ambición personal. Cada uno de los bandos posee, junto a sórdidas ambiciones, programas de gobierno dignos de estima*”. (Tradução nossa)

Em outros, permanecem ocultas na construção narrativa dessas grandes obras. No caso de Manzano e Suárez, ainda que exista um esforço de afastamento, quando se considera sua periodização mais ampla e as profundas diferenças entre a época de “crise” do século XV – caracterizado pelas lutas nobiliárquicas e pelos polêmicos *validos* – e o reinado de Isabel I – definido pela subjugação da nobreza, prosperidade institucional e centralismo político – pode-se perceber que os grupos nobiliárquicos permanecem como entrave ao “bom” crescimento das instituições ibéricas. A participação ativa da nobreza e dos *validos* na política do período de crise, quando comparada à sua suposta ausência no plano da política durante o reinado de Isabel, revela que persiste uma compreensão sobre esse grupo social como empecilho a ser superado – ainda que não seja de forma explícita.

1.2. Interpretações da historiografia de caráter monográfico

Além da historiografia de síntese, trabalhos de caráter monográfico também recorrem a explicações semelhantes às expostas anteriormente. Apesar de configurarem abordagens específicas, aquelas concepções de nobreza e da política do século XV frequentemente aparecem à hora de se contextualizarem os problemas. Dessa maneira, categorizações mais amplas nesses trabalhos ainda associam a nobreza à instabilidade e ao enfraquecimento régio ou institucional. Embora nem todas as facetas desse discurso apareçam em cada obra, no conjunto é possível identificar como aquelas categorias explicativas estão presentes mesmo em trabalhos monográficos relativamente recentes.

Nas abordagens monográficas, os reinados de Juan II e Enrique IV permanecem como símbolo de um século de crise e instabilidade. Os monarcas – salvo alguns esforços isolados – são caracterizados como impotentes e controlados pelos “verdadeiros” agentes de seus reinados: a nobreza, os *validos*, e outros familiares Trastámara – constantemente apresentados à parte da nobreza. Nos casos em que a nobreza não é associada diretamente à instabilidade do período, ainda podemos observar a tendência em destacar oposições entre centralismo e pactismo, ou entre poder monárquico e governo da oligarquia:

O fortalecimento do poder monárquico se traduz em extraordinário crescimento da fortuna e do poder pessoal de Dom Álvaro, que acumula funções, aluguéis e títulos, coloca homens de sua total confiança em posições da Administração e da hierarquia eclesiástica, e elimina inimigos políticos, impossibilitando qualquer reconciliação: processo para o Conde de Castro, privação do Infante Enrique ao Mestrado de Santiago, detenção de Fadrique de Luna. Mas também provoca um progressivo

distanciamento de alguns nobres, interessados em um governo oligárquico, não em um fortalecimento da Monarquia e, menos ainda, do Condestável.²²

Autores como Álvarez Palenzuela não consideram a nobreza como uma ordem homogênea oposta ao centralismo. Porém, a associação entre monarquia e centralismo político permanece forte. Mesmo com nomenclatura distinta, é possível observar como a oposição de um governo que favorece a nobreza – o da “oligarquia” – e um governo que promove o bom funcionamento das instituições e a estabilidade política – o centralismo monárquico – se manifesta em trabalhos monográficos:

Se tratava de criar uma monarquia forte, que dispusesse de recursos suficientes, com uma administração eficaz; uma justiça que contasse com um corpo jurídico bem definido e hierarquizado, e instrumentos depurados, capazes de velar pela sua aplicação; e Cortes em que o estamento cidadão, que constitui seu principal integrante, possa realizar uma importante tarefa legislativa, junto com o rei. Os interesses contrários da oligarquia impossibilitam não somente a implementação das soluções propostas, e o desenvolvimento de uma tarefa constitucional, mas a própria estabilidade do governo, sem a qual tal projeto é inviável.²³

Para levar a cabo as reformas administrativas, era necessária a solidez interna do governo, e esta não existe. Teoricamente, é um governo da oligarquia nobiliárquica cuja cabeça visível é Pedro Manrique, sempre à frente de várias comissões e projetos; no entanto, é Dom Álvaro o verdadeiro dono do poder. A realidade se faz evidente de maneira violenta com a detenção do Adelantado em agosto de 1437.²⁴

É interessante perceber como, na primeira citação, a concepção ideal de governo descrita por Álvarez Palenzuela exclui o estamento nobiliárquico do poder. Ela se baseia na composição de um modelo de Estado dividido entre a monarquia e os seus administradores do “estamento cidadão”. A análise é similar à apresentada na historiografia de síntese, principalmente na

²² ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel. El creciente malestar de las Cortes Castellanas ante la invasión de la vida municipal por la nobleza (1433-1435). In: **Espacio, Tiempo y Forma**, Serie III, H.^a Medieval, N^o 27, 2014, p. 105. No original: “*El reforzamiento del poder monárquico se traduce en un extraordinario crecimiento de la fortuna y del poder personal de don Álvaro, que acumula funciones, rentas y títulos, sitúa a hombres de su entera confianza en puestos de la Administración y la jerarquía eclesiástica, y elimina enemigos políticos, haciendo imposible toda reconciliación: proceso al conde de Castro, privación al Infante Enrique del Maestrazgo de Santiago, detención de Fadrique de Luna. Pero también provoca un progresivo distanciamiento de algunos nobles, interesados en un gobierno oligárquico, no en un reforzamiento de la Monarquía y, menos aún, del Condestable*”. (Tradução nossa)

²³ *Ibidem*, p. 106-107. No original: “*Se trataba de crear una Monarquía fuerte, que dispusiese de suficientes recursos, con una Administración eficaz; una Justicia que contase con un cuerpo legal bien definido y jerarquizado, y unos instrumentos depurados, capaces de velar por su aplicación; y unas Cortes en las que el estamento ciudadano, que constituye su principal integrante, pueda ejercer una importante tarea legislativa, junto con el Rey. Los encontrados intereses de la oligarquía hacen imposible no solo la necesaria aplicación de las soluciones propuestas, y el desarrollo de una tarea constitucional, sino la estabilidad misma del Gobierno, sin la que tal proyecto es inviable*”. (Tradução nossa)

²⁴ ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel. “Del gobierno de la oligarquía a la tiranía de D. Álvaro (1435-1439). **Espacio Tiempo y Forma**, Serie III, Historia Medieval, N^o 30, 2017, p. 80. No original: “*Para llevar a cabo las reformas administrativas habría sido precisa la solidez interna del gobierno, y ésta no existe. Teóricamente, es un gobierno de la oligarquía nobiliaria cuya cabeza visible es Pedro Manrique, siempre a la cabeza de diversas comisiones y proyectos; sin embargo, es don Álvaro el verdadero dueño del poder. La realidad se hace patente violentamente con la detención del Adelantado en agosto de 1437*”. (Tradução nossa)

associação entre centralismo e estabilidade institucional e – por oposição – nobreza e instabilidade.

Além do contraste entre o governo oligárquico da nobreza e o Estado ideal encarnado pela monarquia centralizada, alguns trabalhos ressaltam uma suposta distinção no *modus operandi* de cada um:

Há diferenças notáveis, obviamente, no que diz respeito aos meios utilizados, pois nem todos os atores políticos tinham à sua disposição as mesmas ferramentas. É necessário distinguir claramente os meios da nobreza daqueles que usou o poder régio. A nobreza recorre repetidamente à sublevação, à ameaça e, por vezes, à mentira. O poder régio poderia se ver amedrontado pela ameaça e pelas armas, e desta forma buscava obter um retorno político. A nobreza podia utilizar essas mesmas armas contra membros de suas próprias fileiras, mas o que foi, aparentemente, mais rentável foi o uso da mentira. Mentir ao ouvido do rei para o colocar em conflito com um nobre, ou ao ouvido do nobre para que sentisse medo da ação régia, teve resultados muito mais eficazes. A monarquia, no entanto, tinha meios muito mais diversos. Por um lado, aqueles que compartilhava com nobreza: o uso da força, da ameaça e, em ocasiões, também da mentira. Entretanto, existiam outros recursos que eram próprios e exclusivos: o uso da lei e das formas legais.²⁵

A vinculação da monarquia ao uso de dispositivos legais, e a exclusividade da sublevação e do uso marcado da mentira, vinculados claramente à nobreza, atribuem a esta o papel disruptivo já mencionado.

Mesmo trabalhos que buscam ressaltar aspectos positivos dos reinados de Juan II ou de Enrique IV não se distanciam das concepções disruptivas nobiliárquicas. Artigos de alguns autores, como o da professora Ana María Echevarría Arsuaga – que pretende analisar o reinado de Enrique IV a partir dos esforços propagandísticos para superar os reinados posteriores e ressaltar seu papel como rei cruzado – ecoam as concepções já referidas:

A chegada de Enrique ao poder foi acompanhada de um aparato propagandístico e legitimador destinado a fazer esquecer o agitado e medíocre reinado de seu pai, que tanto tinha desestabilizado a Coroa castelhana. Para recuperar o terreno perdido, o rei precisava fazer sua figura brilhar novamente acima da dos grandes senhores castelhanos, incluindo aquele que seria seu principal rival, seu tio Juan de Navarra.²⁶

²⁵ VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Imponer el miedo en la política bajomedieval castellana. In: **En la España Medieval**, vol. 26, 2013, p. 78. No original: “Hay notables diferencias, obviamente, en cuanto a los medios empleados, pues no todos los actores políticos tenían a su disposición las mismas herramientas. Hay que distinguir claramente los de la nobleza de aquellos que utilizó el poder regio. La nobleza recurre de forma repetida a la sublevación, a la amenaza y, en ocasiones, a la mentira. El poder regio se podía ver amedrentado por la amenaza y por las armas, y de esta forma se buscaba obtener un rédito político. Esas mismas armas la nobleza podía utilizarla contra miembros de sus propias filas, pero el que fue, aparentemente, más rentable fue la utilización de la mentira. Mentir en los oídos del rey para enfrenarle con un noble, o en los oídos del noble para que sintiese miedo de la acción regia, tuvo unos resultados mucho más efectivos. La monarquía, sin embargo, tenía unos medios mucho más diversos. Por un lado aquellos que compartía con la nobleza: la utilización de la fuerza, de la amenaza y, en ocasiones, también de la mentira. Pero por otro lado había otros recursos que le eran propios y exclusivos: la utilización de la ley y de las formas legales”. (Tradução nossa)

²⁶ ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana. Enrique IV de Castilla, un rey cruzado. In: **Espacio, Tiempo y Forma**, Serie III, H.^a Medieval, N^o 17, 2004, p. 144. No original: “La llegada de Enrique al poder fue acompañada de un aparato

Ao destacar aspectos “positivos” do governo de Enrique IV, a autora não deixa de se alinhar à opinião hegemônica sobre o reinado de Juan II – de instabilidade da Coroa. A oposição entre fortalecimento monárquico e nobreza também se faz presente, assim como o caráter disruptivo desta²⁷.

Entretanto, parte dos artigos discutidos até aqui não abordam a questão do poder como assunto central. A natureza do poder monárquico, a interação entre a monarquia e a nobreza e a decorrente dinâmica política são marginais nos trabalhos mencionados. Mesmo que o aparecimento desses assuntos como pressupostos teóricos revele uma postura epistêmica hegemônica na historiografia, é necessário, também, considerar aqueles que priorizam o poder e as relações internas da aristocracia cristã medieval.

O professor José Manuel Nieto Soria é uma voz importante no que diz respeito ao poder monárquico ibérico. Seus trabalhos buscam apresentar a monarquia como concepção política complexa e multifacetada, além de explorar caminhos não tão comuns na historiografia tradicional, especialmente no que diz respeito ao exercício do poder régio. Em uma de suas obras, onde o estuda o perdão régio como fonte de poder e fortalecimento político da monarquia, podemos observar reflexos do que se pode considerar como postura comum da historiografia acerca da nobreza:

Sobre os perdões políticos dos Trastámara pesou, normalmente, uma evidente contradição, pois enquanto eram usados como mecanismos pacificadores que contribuíram para marcar esse tempo político ao qual se acaba de aludir, também puderam contribuir, dado o seu uso generoso, para fomentar a instabilidade política, particularmente pelos grandes do reino que, apesar de suas reiteradas deslealdades e desafetos em relação aos monarcas reinantes, quase sempre puderam abrigar esperanças pela benevolência da clemência régia como um critério que acabaria sendo imposto ao final, como parte de uma lógica conflitante de cuja inércia o recurso ao perdão régio parecia ser uma parte essencial.²⁸

propagandístico y legitimador destinado a hacer olvidar el mediocre y agitado reinado de su padre, que tanto había desestabilizado a la corona castellana. Para recuperar el terreno perdido, el rey necesitaba volver a hacer brillar su figura por encima de la de los grandes señores castellanos, incluido el que sería su principal rival, su tío Juan de Navarra”. (Tradução nossa)

²⁷ Ibidem, p. 150: “Evidentemente, dejar el maestrazgo en manos del infante Alfonso, aún adolescente, hubiera sido demasiado arriesgado, y dada la falta de otros miembros de la familia real que pudieran asumir los maestrazgos, Enrique IV optó por su práctica habitual de favorecer a sus amigos cercanos en vez de a **la levantisca nobleza castellana.**” (Grifo nosso)

²⁸ NIETO SORIA, José Manuel. “Los perdones reales en la confrontación política de la Castilla Trastámara”. In: **En la España Medieval**, Nº 25, 2002, p. 253. No original: “Sobre los perdones políticos trastamaristas pesó, por lo común, una evidente contradicción, pues a la vez que fueron utilizados como mecanismos de pacificación que contribuyeron a marcar ese tiempo político al que se acaba de aludir, también pudieron contribuir, dada su generosa utilización, a fomentar la inestabilidad política protagonizada, sobre todo, por los grandes del reino que, a pesar de sus reiteradas deslealtades y desafecciones con respecto a los monarcas reinantes, casi siempre pudieron albergar esperanzas sobre la benevolencia de la clemencia regia como criterio que se acababa imponiendo al final, como formando parte de una lógica conflictiva de cuya inercia el recurso al perdón regio parecía formar parte esencial”. (Tradução nossa)

Apesar do autor considerar o perdão como ferramenta política – não como debilidade – a ideia de enfraquecimento monárquico (ou instabilidade política geral) surge, novamente, associada ao estamento nobiliárquico.

A união entre o perdão e a mercê – atos como a partilha do poder – é o que se pode chamar de governo pela graça, cultura política adotada extensamente pela monarquia e pela nobreza no medievo. A partilha do poder com a nobreza concedida pela monarquia Trastámara também é apontada como um dos fatores impulsionadores da crise do século XV:

Assim como a reabsorção afonsina, a reabsorção institucional alcançada pelos primeiros Trastámara se apoia sobre um consenso monárquico-nobiliárquico. Seu fundamento é a graça, da qual depende a lealdade, como se pode ver em algumas dessas mercês pelas quais os primeiros Trastámara restauram a fidelidade, apesar de ter acentuado posteriormente a crise com sua revolta.²⁹

Alguns autores criticam posições assumidas pela historiografia tradicional no que diz respeito ao século XV. O professor José María Monsalvo Antón é especialmente crítico da associação entre nobreza e contratualismo e, por oposição, monarquia e centralismo³⁰. O autor questiona a maneira pela qual a historiografia configura os grupos que defendem cada projeto, apontando principalmente a presença da nobreza em ambos os núcleos. Entretanto – mesmo que aponte para a necessidade de se entender a oposição entre monarquia e nobreza como categorias mais amplas – Monsalvo Antón utiliza chaves explicativas muito semelhantes ao discutir os objetivos dos nobres ao recorrerem ao “*faccionalismo*”:

Levando em conta tudo isto, podemos começar a entender o papel desempenhado pelo *faccionalismo*. Era claro o objetivo em que se centraram os nobres: apropriar-se das vilas e rendas do rei. E já existiam os recursos jurídicos e políticos oportunos que acabamos de assinalar, sem ir além do poder absoluto do monarca. Contudo, toda essa estratégia passava pelas prerrogativas do rei, [...] como portador dessas novas capacidades de decisão sobre as leis ou costumes, e como garantia política do novo *status quo*. O que tinha de ser feito, então? O que fizeram os nobres: colocar o monarca em uma situação em que se via obrigado a ceder, ‘colocar o monarca em necessidade e acrescentar aos seus estados’, os estados senhoriais que o monarca concedia ao cair

²⁹ FORONDA, François. La privanza, entre monarquía y nobleza. In: NIETO SORIA, José Manuel (dir.), **La monarquía como conflicto en la Corona castellano-leonesa (c. 1230-1504)**, Madrid, Sílex, 2006, p. 27. No original: “*Tal como la resorción alfonsina, la resorción institucional lograda por los primeros Trastámara se apoya sobre un consenso monárquico-nobiliario. Su fundamento es la gracia, de la que depende la lealtad, como puede verse en algunas de estas mercedes por las que los primeros Trastámara restauran la fidelidad, tras haber accentuado su crisis con su propia revuelta*”. (Tradução nossa)

³⁰ MONSALVO ANTÓN, José María. El conflicto “nobleza frente a monarquía” en el contexto de las transformaciones del estado en la Castilla Trastámara. In: JARA FUENTE, José Antonio (Org.). **Discurso político y relaciones de poder: Ciudad, nobleza y monarquía en la Baja Edad Media**. Madrid, Ed. Dykinson, 2017, p. 92: “*En el caso castellano el gran paradigma, que no ha sido en rigor cuestionado y que sigue impregnando toda la ingente hermenéutica sobre la monarquía bajomedieval, sigue siendo el de considerar que la historia castellana bajomedieval – los reinados de los Trastámara, sobre todo Juan II y Enrique IV – fue fruto de la pugna entre la nobleza y la monarquía. [...] Luis Suárez Fernández sostenía que estos dos actores ‘encarnan diferentes ideas políticas’ y que la pugna entre ambas ‘es el leit motiv de la vida política castellana en estos siglos finales de la Edad Media que se cierran con los Reyes Católicos’ [...] De lo que dudamos es de la identificación respectiva de estos proyectos con ‘nobleza’ y ‘monarquía’.*”

em situação de dificuldade [...]. Ou seja, se tratava de gerar desordem para se fazer premiar por ajudar a restaurá-la, ou por sustentar a figura régia anterior e deliberadamente debilitada.³¹

Ao criticar a oposição entre nobreza e monarquia, Monsalvo Antón ainda ressalta a agenda nobiliárquica de enfraquecimento do monarca. A interpretação sublinha a ideia de nobreza disruptiva, mesmo que não associe claramente a figura do monarca ao Estado, ou à ordem, como fazem outros autores:

Em pleno século XV, o *faccionalismo* servia para enriquecer aos *facciosos*, enquanto minava a posição do monarca, ‘para colocar o rei em necessidade’, como indicava algum eloquente testemunho da época. A década de 1464-1474, de debilidade régia e guerras, época que tradicionalmente se considera como as segundas mercês enriquechas, foi outra clara mostra de como os nobres colocavam o rei em debilidade para tirar vantagem.³²

O primeiro ponto é que as alianças nobiliárquicas, [...] foram utilizadas contra outras facções, resultando em quebras, divisões, escândalos, guerras etc., mas é curioso que também foram utilizadas para apaziguá-las, [...] de modo que o mesmo dispositivo e os mesmos atores sociais serviam para provocar um conflito e para propor uma solução. Algo parecido com uma profecia auto cumprida. A volatilidade dos acordos não podia passar despercebida para os protagonistas. De tal forma, estamos seguros de que as ideias de restauração da ordem, obediência ao rei, concórdia, entre outros valores, se faziam muitas vezes, e os protagonistas o sabiam, a benefício de inventário ou como justificação grandiloquente do oportunismo político.³³

Apesar de sua crítica, o autor mantém uma posição que distancia a nobreza da ordem e esvazia em parte o conteúdo de sua retórica política. A associação dos grupos nobiliárquicos ao oportunismo político e à expansão de suas rendas é outro ponto comum amiúde enfatizado pela historiografia.

³¹ Ibidem, p. 197-198. No original: “*Teniendo en cuenta todo esto, podemos empezar a entender el papel jugado por el faccionalismo. Era claro el objetivo en el que se centraron los nobles: apropiarse de las villas del rey y de las rentas del rey. Y existían ya los recursos jurídicos y políticos oportunos, que acabamos de señalar, sin ir más lejos el poder absoluto del rey. Pero toda esta estrategia pasaba por las prerrogativas del monarca, [...] como portador de esas nuevas capacidades de decisión por encima de leyes o costumbres y como garante político del nuevo statu quo. ¿Qué había de hacer entonces? Lo que hicieron los nobles: colocar al monarca en una situación en la que se viera obligado a ceder, ‘poner al rey en necesidad y acrecentar sus estados’, es decir los estados señoriales que el monarca concedía al quedar en situación de dificultad [...]. Es decir, se trataba de generar desorden para hacerse premiar por ayudar a restaurarlo o por sostener la figura regia previa y deliberadamente debilitada*”. (Tradução nossa)

³² Ibidem, p. 201-202. No original: “*En pleno siglo XV el faccionalismo servía para enriquecer a los facciosos tras socavar la posición de rey, ‘para poner al rey en necesidad’, como indicaba algún elocuente testimonio de la época. La década 1464-1474, de debilidad regia y guerras, época que tradicionalmente se considera de segundas mercedes enriqueñas, fue otra clara muestra de cómo los nobles colocaban en debilidad al rey para sacar ventaja*”. (Tradução nossa)

³³ Ibidem, p.203-204. No original: “*Lo primero es que las alianzas nobiliarias [...], iban dirigidas contra otras facciones, con el resultado de roturas, divisiones, escándalos, guerras, etc., pero es curioso que también se utilizaron para apaciguarlas, [...] de modo que el mismo dispositivo y los mismos actores sociales servían para provocar un conflicto y para proponer una solución. Algo parecido a una profecía autocumplida. La volatilidad de los acuerdos no podía pasar desapercibida para los protagonistas. Con lo que estamos seguros de que las ideas de restauración del orden, obediencia al rey, concordia, entre otros valores, se hacían muchas veces, y los protagonistas lo sabían, a beneficio de inventario o como justificación grandilocuente del oportunismo político*”. (Tradução nossa)

Em conclusão, é possível perceber como – por mais diversas que sejam – as interpretações historiográficas acerca do século XV de Castela raramente conseguem se distanciar por completo daquilo que se pode chamar de explicação hegemônica acerca do papel da nobreza durante esse “período de crise”. Tal interpretação caracteriza a nobreza como artilosa e, frequentemente, egoísta, oposta aos interesses da monarquia, esta associada a um panorama de instabilidade institucional, governamental e política. Embora alguns trabalhos critiquem parte dessa perspectiva, permanecem a reafirmar outros pressupostos que a integram, o que demonstra que tal concepção sobre o papel político da nobreza tem força e raízes profundas na produção historiográfica que estuda o período.

CAPÍTULO 2

Disputa pelo poder: a ação das redes políticas em Castela

A partir das conclusões expostas no capítulo anterior, pode-se iniciar a construção argumentativa de que ideias dicotômicas – como a oposição entre monarquia e nobreza – são passíveis de crítica e não dão conta da complexidade política do século XV castelhano. A nobreza é peça central na política, mas não necessariamente busca suplantar ou eliminar a monarquia para garantir seus projetos políticos. Da mesma maneira, a organização dos “bandos” nobiliárquicos, que por vezes incluem o próprio monarca, não está orientada pela oposição entre projetos políticos de tipo centralista ou pluralista.

Quando se observa o momento de transição entre os reinados de Juan II e Enrique IV, pode-se perceber a intensa movimentação política que ocorre no período – analisada pela historiografia como um conflito dicotômico. Entretanto, ao analisar em termos mais detalhados os integrantes desses grupos – assim como a sua reconfiguração no transcorrer do tempo – é notável a variação. Não existem grupos com composição fixa nos anos que antecedem a Batalha de Olmedo (1445) e a coroação de Enrique IV (1454). Os agentes políticos que os integram muitas vezes mudam de lado, circunstancialmente, em um panorama de intensa competição política. Para explorar tal panorama, é necessário apresentar os integrantes desses grupos e as redes políticas do período.

2.1. A Batalha de Olmedo

No ano de 1445, em Olmedo, o enfrentamento armado entre os Infantes de Aragão e Álvaro de Luna uniu diversos grupos sob suas bandeiras. Muitos nobres castelhanos se aliaram ao Condestável D. Álvaro – uma reviravolta política que mudou a situação em que este se encontrava alguns anos antes, quando foi expulso de Castela – e uma parcela menor, mas com nobres extremamente influentes, se alinhando aos interesses dos Infantes de Aragão.

O discurso historiográfico, por vezes, parece sugerir a ideia de que Álvaro de Luna não possuía partidários fiéis, e de que ele conseguia manter-se no poder apenas por meio da astúcia em manipular a nobreza para alcançar seus interesses. Entretanto, ao observarmos de perto as conformações que cada “bando” assume nos conflitos anteriores a Olmedo, podemos identificar alguns partidários “constantes” do Condestável. Em primeiro lugar, há de se considerar o núcleo

da família Luna que, além de propiciar a ascensão inicial de D. Álvaro, prospera juntamente com ele. Os Lunas obtiveram principalmente o comando de dioceses, postos em ordens militares, e funções no ambiente cortesão de Juan II. Nas dioceses destacam-se o Arcebispo de Toledo, Pedro de Luna, padrinho político da inserção do Condestável na política; o Arcebispo de Zaragoza, também Pedro de Luna; e Juan de Luna – irmão de D. Álvaro – que foi bispo de Osma e Arcebispo de Sevilha. O tio do Condestável, Rodrigo de Luna, foi prior da Ordem dos Hospitalários; seu sobrinho, também Juan de Luna, foi guarda-mor de Juan II e capitaneou tropas régias em combate; seu filho ilegítimo, Pedro de Luna, foi o primeiro senhor de Fuentidueña; e seu filho e herdeiro, Juan de Luna, assumiu – a partir de 1440 – o título de Segundo Conde de San Esteban de Gormaz.

Outros nobres possuíam também laços mais próximos com o Condestável. Entre eles, Alonso Carrillo de Acuña, bispo de Sigüenza e, posteriormente, arcebispo de Toledo; e seu irmão, Pedro de Acuña, senhor de Dueñas. Além da proximidade com a família de origem portuguesa, D. Álvaro também tinha ligações com membros das importantes ordens militares ibéricas. Gutierre de Sotomayor, Mestre de Alcântara, e Juan Ramírez de Guzmán, comendador-mor de Calatrava, estavam entre os seus aliados.

O “bando” dos Infantes de Aragão estabeleceu igualmente laços “estreitos” com a nobreza castelhana. Aquilo que podemos chamar, tal como a historiografia, de “bando aragonês” em Castela, era integrado por membros notáveis e poderosos da nobreza. Além do Mestre de Santiago, Enrique de Trastámara, e do rei de Navarra, Juan II, estavam entre eles o conde de Benavente, Alonso Pimentel; o almirante de Castela, Fadrique Enríquez, e seu irmão, Enrique; o conde de Castro, Diego Gómez de Sandoval; Rodrigo Manrique, senhor de Paredes; Diego Manrique, *Adelantado* de Leão e conde de Treviño; Juan de Tovar, Pedro de Quiñones e Fernán López de Saldaña³⁴. A documentação fornece algumas pistas em relação aos vínculos dessas linhagens entre si e com o núcleo Trastámara dos Infantes, principalmente no que diz respeito às uniões matrimoniais e à posse de terras em território aragonês.

Entretanto, grande parte da nobreza castelhana não pode ser facilmente identificada em um bando ou no outro. Ainda que a maioria se alinhe ao Condestável na Batalha de Olmedo,

³⁴ MIGUEL DE FLORES. op. cit., p.151: “*Otrosi fueron presos Diego de Mendoza, é Rodrigo de Mendoza hermanos de Pedro de Mendoza, é Garcia de Losada, é Juan Vernal, é Diego de Londoño fijo de Sancho de Londoño Mariscal del Rey de Navarra, é Rodrigo Davalos nieto de Don Ruy López Davalos Condestable que fué de Castilla, é Diego Carrillo fijo de Alfonso Carrillo, é otros muchos caballeros é escuderos*”. Alguns membros das famílias Mendoza e Carrillo se posicionaram a favor dos Infantes de Aragão. É importante, portanto, sublinhar como o pertencimento a uma família não necessariamente associava seus membros a um grupo específico.

anteriormente a conformação política dos nobres não estava decidida, especialmente após a situação precária de desterro em que D. Álvaro se encontrava antes de seu retorno, em 1445. A configuração política depois da batalha é uma prova do caráter circunstancial do “bando” de Álvaro de Luna. Entre esses aliados se encontrava o resto da nobreza notável de Castela: Iñigo López de Mendoza, senhor de Hita e Buitrago, Pero Fernández de Velasco, conde de Haro; Diego Sarmiento, conde de Santa Marta; Rodrigo de Villandrando, conde de Ribadeo; Fernán Álvarez de Toledo y Sarmiento, conde de Alba; Diego López Destuñiga, justiça-mor do rei; Ruy Diaz de Mendoza, mordomo do rei; Pedro González de Mendoza, senhor de Almazán; entre outros.

Além dos nobres em questão, o príncipe Enrique encabeçava um “terceiro partido” com seus criados e homens de confiança. Ao lado de Juan Pacheco, consagrado como o primeiro valido de Enrique IV, seu irmão, Pedro Girón, e do bispo, Lope Barrientos, o príncipe supostamente formava um partido intermediário entre o Condestável e os Infantes de Aragão. Ainda que, em Olmedo, tenha se alinhado aos interesses de Álvaro de Luna, o príncipe Enrique seria peça importante da oposição ao Condestável nos anos finais do reinado de seu pai.

2.2. Os desterrados e a conjuntura política após Olmedo

Com a derrota dos Infantes em Olmedo, no ano de 1445, instaurou-se um panorama político em Castela que duraria até o final do reinado de Juan II. Na medida em que os senhorios dos derrotados eram confiscados pelo monarca e seus colaboradores – e divididos entre seus aliados – a reestruturação política que segue ditou os rumos internos da política castelhana. Nobres influentes são obrigados a fugir do reino e a buscar apoio em outras redes políticas, e indivíduos de menor estirpe encontram oportunidades de ascensão sociopolítica.

Entre os nobres desterrados estavam importantes figuras como o almirante de Castela, Fadrique Enríquez, o conde de Benavente, Alonso Pimentel, e o conde de Castro. Ainda que tenham sido perdoados logo após a batalha, colaborando com a monarquia durante esse tempo – segundo a *Crónica de Juan II*³⁵ – o almirante e o conde de Benavente permaneceram, salvo em alguns momentos, exilados de Castela até o reinado de Enrique IV. Em 1448, Don Alonso de Fonseca, Álvaro de Luna e Juan Pacheco teriam, segundo a crônica³⁶, orquestrado a prisão

³⁵ PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán. *Crónica del señor don Juan, segundo de este nombre en Castilla y en León*. Valladolid: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009-2010. En Valencia: en la imprenta de Benito Monfort, 1779, p.500.

³⁶ *Ibidem*, p.529.

de nobres notáveis do reino, entre eles o conde de Benavente, o Almirante, o conde de Castro, e o conde de Alba. Esse fato reiniciaria as hostilidades, compelindo esses nobres à fuga para territórios protegidos por suas redes políticas. Dessa maneira, mesmo exilados, os nobres continuam a exercer pressão política com ajuda de seus aliados em território aragonês, e buscam manter seus senhorios em Castela – às vezes por força das armas.

Das prisões executadas em 1448, consideradas injustas pela maioria das crônicas, a de Fernán Álvarez de Toledo, conde de Alba, talvez tenha causado maior impacto na nobreza castelhana³⁷. Ao contrário do Almirante, do conde de Benavente, e do conde de Castro, Álvarez de Toledo esteve sempre ao serviço do monarca Juan II, inclusive durante a batalha de Olmedo. Sua prisão e o confisco de seu senhorio e da fortaleza de Alba de Tormes, em 1448, seriam motivos de articulação do novo grupo de oposição a Álvaro de Luna, encabeçado pelo príncipe Enrique e Iñigo López de Mendoza. Álvarez de Toledo permaneceria preso até o final do reinado de Juan II, e seu filho, García Álvarez de Toledo, promoveria ações militares contra os aliados do monarca nos últimos anos do reinado.

O conde de Benavente, após 1448, envolveu-se em conflitos diretos com as forças do monarca Juan II em torno de suas vilas e fortalezas. Após escapar da prisão, ele e seus homens retomaram alguns dos senhorios³⁸, que Juan II lhe havia confiscado³⁹. As ações do Conde motivaram seus aliados em Aragão, suscitando incursões aragonesas durante os anos de 1449 e 1450⁴⁰. Os “mouros”, raramente especificados nas crônicas, também empreenderam saques e incursões em território castelhano. Em alguns casos esses atos são associados a uma proximidade entre o reino de Navarra e os “inimigos da santa fé católica”⁴¹. O Almirante, Fadrique Enríquez, além de participar de algumas dessas incursões, também se deslocou até Nápoles, a fim de pedir o retorno e apoio do rei Alfonso V de Aragão – até agora distante dos conflitos em Castela – à sua causa e de Juan II de Navarra, irmão do rei, mas sem sucesso⁴².

³⁷ Ibidem, p. 531: “E de lo que mas se maravillaban era de ser preso el Conde de Alba, el qual sienpre habia servido al Rey, é seguido al Maestre y Condestable: é por esto así los grandes como los medianos, é aun bs menores caballeros destos Reynos estaban muy sentidos y escandalizados, y descontentos, creyendo que este daño se podía estender á todos...”

³⁸ Ibidem, p.541.

³⁹ Ibidem, p. 538.

⁴⁰ Ibidem, p. 535.

⁴¹ CARRILLO DE HUETE. op. cit., p. 532-533: “Según de suso se rrequenta, los moros del rreyno de Granada davan mucho fauor e ayuda al rrey de Navarra en los cavalleros suso dichos de su opinión. E agora, viendo los infieles enemigos de nuestra santa Fe católica las divisiones tan grandes que eran en los rreynos de Castilla, e cómo el Rey don Juan de Castilla no estaua en tiempo para los rreestir, [...] por muchas diversas veces entraron en los rreynos de Castilla...”

⁴² PALENCIA, Alonso de. **Crónica de Enrique IV**, intr. de A. Paz y Melia, BAE, Madrid, 1973, tomo I, p. 84-85. PÉREZ DE GUZMÁN. op. cit., p. 541.

O *Adelantado* Diego Manrique, ainda que não tenha sido alvo das prisões de 1448, perdeu o controle de grande parte de seus senhorios na fronteira com Aragão e Navarra no mesmo ano, como relatam as crônicas⁴³. Entretanto, tanto a *Crónica del Halconero* quanto a *Crónica de Juan II* justificam o ato – impedir que Manrique abrigasse homens como o Almirante e o conde de Benavente em suas fortalezas, como fez no passado – e Juan II estabelece prazo de um ano para a reintegração dos senhorios, colocados sob a tutela do conde de Haro. O próprio Diego Manrique, após extensas negociações, concorda com os termos. Além do *Adelantado*, toda a conjuntura criada pelo conde de Benavente, o Almirante, e seus aliados – além do caráter turbulento das prisões – criaram a necessidade de reforço de alianças e serviço em toda a fronteira de Navarra⁴⁴. O próprio conde de Haro, aliado do monarca em Olmedo, foi por este “assossegado” na cidade de Burgos, semanas antes da tomada das fortalezas de Diego Manrique⁴⁵.

Ao contrário daqueles prejudicados pelos resultados de Olmedo, como descrito até aqui, alguns indivíduos foram extremamente beneficiados pela dinâmica dos desterramentos e a reestruturação política. Alguns deles se tornariam especialmente importantes no curto período de nove anos. Outros, ainda, continuariam a ascender politicamente durante o reinado de Enrique IV.

Iñigo López de Mendoza, anteriormente senhor das vilas de Hita e Buitrago, é elevado em 1445 aos títulos de primeiro Conde del Real de Manzanares e primeiro Marquês de Santillana, como recompensa por seu serviço em Olmedo. Mesmo que a narrativa das crônicas e da historiografia apontem para a sua inimizade com Álvaro de Luna, o marquês se posicionou ao lado da monarquia até os anos finais do reinado. Ao converter seu senhorio em marquesado, López de Mendoza tornou-se uma das principais vozes do grupo rival ao Condestável, especialmente após as prisões de 1448 e as preocupações suscitadas entre os nobres do reino.

Juan Pacheco, um nobre de ascendência portuguesa, originário da baixa nobreza, obteve grande sucesso nos anos finais do reinado, graças à sua aliança com o príncipe Enrique. Entre Juan Pacheco e o condestável Álvaro de Luna, os títulos e posses do Infante Enrique de Aragão foram repartidos – após ter sido ferido em Olmedo e falecido, logo depois. Juan Pacheco recebeu o senhorio de Villena, agora elevado a marquesado, as vilas de Medellín, Utiel,

⁴³ CARRILLO DE HUETE. op. cit., p. 502-504. PÉREZ DE GUZMÁN. op. cit., p.531. MIGUEL DE FLORES. op. cit., p. 187-188.

⁴⁴ CARRILLO DE HUETE. op. cit. p. 501-502.

⁴⁵ Idem.

Villanueva, El Bonillo, Lezuza e Munera. Além de expandir seus domínios, o príncipe favoreceu o irmão de Juan Pacheco, Pedro Girón, convencendo Juan II a patrocinar sua eleição ao Mestrado de Calatrava, em 1445.

O condestável Álvaro de Luna também recebeu grandes títulos e senhorios após a batalha. Recompensado pelos seus esforços ao lado de Juan II, ele seria beneficiado com o título de primeiro Duque de Trujillo e parte considerável daquilo que pertenceu ao Infante Enrique de Aragão: o Mestrado de Santiago, o senhorio de Albuquerque e a fortaleza de Azagala⁴⁶. Na data de sua morte, em 1453, o condestável de Castela possuía, segundo a *Crónica de Juan II*, sessenta senhorios espalhados entre vilas e fortalezas, além daqueles pertencentes à Ordem de Santiago⁴⁷.

É importante ressaltar que as eleições dos mestrados de Santiago e Calatrava, ainda que reconhecidas por uma parcela considerável dos notáveis, sofreram grande oposição. No caso da Ordem de Santiago, o Comendador de Segura, Rodrigo Manrique, aliado dos Infantes de Aragão na batalha de Olmedo, proclamou-se Mestre da Ordem, em 1446, um ano após a eleição de Álvaro de Luna. Ainda que a *Crónica de Juan II* se esforce em ressaltar a ilegitimidade do pleito de Rodrigo Manrique⁴⁸, até 1451⁴⁹, pelo menos, o nobre continua a se denominar Mestre de Santiago e a influenciar a política do reino⁵⁰. No caso da Ordem de Calatrava, D. Alonso, filho ilegítimo do rei Juan II de Navarra, continuaria a se denominar Mestre, mesmo após a eleição de Pedro Girón, em 1445. As ordens militares eram fonte de grande riqueza e a maior força bélica de Castela⁵¹. A disputa pelo Mestrado, portanto, era de extrema importância para todos os grandes grupos que se confrontavam pelo poder naquele período.

Além de beneficiarem seus aliados, tanto Juan II quanto Enrique IV conseguiram ampliar suas posses durante a época dos desterros, tomando vilas e fortalezas na mesma medida em que distribuía outras aos seus colaboradores. Além da obtenção de diversas vilas e

⁴⁶ PÉREZ DE GUZMÁN. op. cit., p. 505. Azagala, Alconchel, Albuquerque e Medellín são repartidas entre Gutierre, Mestre de Alcântara, Juan Pacheco e Álvaro de Luna.

⁴⁷ Ibidem, p. 574-575: “*Quien pudiera tal creer, que un hombre espurio, nacido de tan baxa madre, aunque de padre virtuoso é noble, [...] ser venido en tan gran estado, é tan altas dignidades? Conde de Santestévan, Condestable de Castilla, Maestre de Santiago, Duque de Truxillo: haber por suyas patrimoniales sesenta villas é fortalezas, no mencionando las de la Orden, haber por suyos cinco Condes, é pagar tres mil lanzas en Castilla, rico de muy grandes tesoros, ser preferido, é antepuesto á todos los ilustres é grandes señores naturales de España...*”

⁴⁸ Ibidem, p. 524.

⁴⁹ Ibidem, p. 551.

⁵⁰ Ibidem, p. 513. A resolução de tal conflito só ocorre posteriormente quando o condado de Paredes é concedido por Juan II a Rodrigo Manrique em compensação à sua renúncia ao Mestrado de Santiago.

⁵¹ SUÁREZ FERNÁNDEZ. op. cit., p.507-508.

fortalezas, os monarcas administrariam as rendas das ordens de Santiago e Alcântara, após a morte dos respectivos mestres.

Entretanto, a maioria da nobreza que se posicionou a favor de Juan II não obteve ganhos tão marcantes quanto alguns dos indivíduos mencionados até aqui. Na maioria dos casos, um ou dois senhorios, a criação de um condado, ou o comando de uma diocese eram a recompensa aos apoiadores – em alguns casos sequer havia recompensa. Gutierre de Sotomayor, Mestre de Alcântara e aliado do Condestável recebeu a fortaleza e vila de Alconchel, em 1445, após a batalha de Olmedo. O reposteiro-mor do rei, Pero Sarmiento, também recebeu a administração do alcácer e da cidade de Toledo no mesmo ano – ainda que o exercício do cargo tenha causado conflito e a eventual perda do benefício. Rodrigo Portocarrero, ligado a Juan Pacheco pelo seu casamento com Maria Portocarrero, senhora de Mogué, recebeu o título de primeiro Conde de Medellín, em 1449. Pedro Álvarez de Osorio, que também lutou ao lado de Juan II em Olmedo, recebeu o título de primeiro Conde de Trastámara, em 1445.

A *Crónica de Juan II* menciona especificamente quatro clérigos que ascendem ao topo de uma diocese ou arquidiocese, ou que mudam de posição para uma diocese mais importante, entre 1445 e 1454. A mudança política nas dioceses parece se atribuir, principalmente, aos que lutaram ao lado de Juan II na batalha de Olmedo. Entre eles se encontram Alonso Carillo de Acuña, novo arcebispo de Toledo, aliado de Álvaro de Luna; Álvaro de Osorna, novo arcebispo de Santiago; Alonso de Fonseca Sánles, novo bispo de Ávila e envolvido nas prisões de 1448; e Lope Barrientos, novo bispo de Cuenca e aliado do príncipe Enrique. Lope Barrientos teria solicitado pessoalmente a Juan II o bispado de Cuenca, após recusar a oferta do monarca para que assumisse o arcebispado de Santiago, em 1445⁵².

As prisões dos nobres, em 1448, são um acontecimento importante para marcar a dinâmica política da transição entre os dois reinados. O papel ativo nas prisões é disputado nas crônicas, dando caráter controverso ao acontecimento. Na *Crónica de Juan II*, Alonso de Fonseca, Juan Pacheco e Álvaro de Luna são apontados como orquestradores das prisões a fim de que pudessem governar sem qualquer tipo de obstáculo – através da proximidade pessoal que tinham com o príncipe e com o rei⁵³. Na *Crónica del Halconero de Juan II*, o monarca e o

⁵² PÉREZ DE GUZMÁN. op. cit., p.488.

⁵³ Ibidem, p. 529: “Estando las cosas en gran división en estos Reynos, Don Alonso de Fonseca [...] trató con el Maestre Don Álvaro de Luna [...] y con el Marques de Villena Don Juan Pacheco secreta confederación, é amistad, mostrándoles como seyendo ellos juntos el uno con el Rey, y el otro con el Príncipe, los governarian á su querer, é para que esto se pudiese hacer sin embargo alguno, determinaron que fuesen presos el Almirante, [...] é los Condes de Benavente, y de Castro, y de Alva, é Don Enrique hermano del Almirante, é Pedro de Quiñones, é Suero de Quiñones su hermano”

príncipe fazem parte do esquema político, agora sem a participação do bispo Alonso de Fonseca, e justificam as prisões com base nas associações com o rei de Navarra e supostos atentados à vida do Condestável. A *Crónica de D. Álvaro de Luna* retira o Condestável de seu papel ativo, atribuindo as prisões dos nobres apenas a Juan II e ao príncipe Enrique⁵⁴.

O envolvimento do Condestável nas prisões parece provável na medida em que suscita, em 1449, a formação de um novo partido de oposição, dedicado à restauração das posses dos nobres desterrados e de oposição à figura de Álvaro de Luna. O grupo era composto por três redes políticas: a primeira configura oposição mais intensa ao Monarca e ao Condestável, composta pelos prejudicados com os desterrados e com as eleições dos mestrados, como o conde de Benavente, o conde de Castro, o Almirante Fadrique, Rodrigo Manrique – o autodenominado Mestre de Santiago – e seus aliados em Aragão e Navarra; a segunda, formada pelo príncipe e seus partidários, que, mesmo favorecidos pelos desterrados, permaneciam como um partido separado do Condestável e do Monarca; e a terceira, encabeçada por Iñigo López de Mendoza, marquês de Santillana, e por Pedro Fernández de Velasco, conde de Haro, incluía parte considerável da nobreza castelhana, ameaçada pelas prisões de 1448 e que – à exceção do marquês de Santillana – não se sentia devidamente recompensada pelo serviço prestado ao Monarca em Olmedo. Ainda que não tenha se unido em um grupo armado como fizeram os desterrados, as deliberações de 1449 e os laços criados podem ser considerados fatores que contribuíram para a eventual queda do Condestável alguns anos depois, e a motivação para algumas das ações de Enrique IV no início de seu reinado.

Apesar dos sucessos conquistados após Olmedo, a prosperidade não seria duradoura para o condestável Álvaro de Luna. Além da articulação de um novo grupo de oposição encabeçado pelo Príncipe e pelo Marquês de Santillana, a inimizade da nova esposa de Juan II, Isabel de Portugal, também serviria para minar sua influência na esfera pessoal – apontada como principal via de sua ascensão política. A precarização de sua situação política viu-se também afetada pela morte de seu grande aliado português, D. Pedro, duque de Coimbra, na batalha de Alfarrobeira (1449). O novo monarca de Portugal, Afonso V, mostrou-se muito menos inclinado a apoiar o Condestável e a honrar as alianças vigentes. Em último lugar, as prisões de 1448 também serviram para que a legitimidade do Valido fosse ainda mais abalada com acusações de tirania, como registram as crônicas, seguidas de perto pela historiografia.

⁵⁴ MIGUEL DE FLORES. op. cit., p. 187: “...como en el año del Nacimiento de nuestro Señor de mil é quatrocientos á quarenta é ocho años, el Rey é el Príncipe su hijo prendiessen en el campo cerca de Oterdesillas á los Condes de Benavente é de Alva, é á Don Enrique hermano del Almirante, é á Pero de Quiñoñes, é á Suero su hermano, por las razones que en la Corónica del Rey se contienen.”

Após ser acusado de assassinar um membro da corte de Juan II, em 1453, Álvaro de Luna seria detido e executado no mesmo ano. Grande parte de seus senhorios e títulos – como o ducado de Trujillo – foram apropriados pela coroa, salvo o condado de San Esteban de Gormaz, herdado por seu filho Juan de Luna, após disputas entre Juan II e a viúva do Condestável, a condessa de Montalbán⁵⁵. Além dos senhorios, as rendas do Mestrado de Santiago também seriam administradas pelo monarca até sua morte, um ano depois; e, posteriormente, por Enrique IV até a eleição de um novo mestre, em 1462.

2.3. O início do reinado de Enrique IV

Com a morte de Juan II, em 1454, a ascensão de Enrique IV ao trono oferecia um novo cenário de possibilidades para os agentes envolvidos na política do reino. De acordo com o cronista Alonso de Palencia, “cada novo reinado exige sempre renovação das alianças, confirmação das amizades pactadas e resolução das diferenças surgidas”⁵⁶. Parecendo seguir esta linha no início de seu reinado, Enrique IV beneficiou aliados e buscou reparar relações com aqueles mais prejudicados após a batalha de Olmedo.

No que diz respeito aos aliados de Enrique IV, pode-se perceber que buscam fortalecer as possessões de suas linhagens através da criação de novos títulos para seus filhos e herdeiros. No caso de Pedro Girón, Mestre da Ordem de Calatrava, é criado por Enrique IV o condado de Ureña, em benefício do filho mais velho, Alfonso Téllez Girón, no ano de 1462. Além de Ureña, o condado de Salinas seria criado em benefício de Diego Gómez Sarmiento, filho de Pero Sarmiento – reposteiro-mor de Juan II e aliado do príncipe nos anos finais do reinado – e o senhorio de Piqueras seria concedido a um suposto filho de Juan Pacheco⁵⁷, também Alfonso Téllez Girón. Ademais, a entrada ou ascensão de novas figuras na corte do monarca, como Beltrán de la Cueva e Miguel Lucas de Iranzo, também serviram para acirrar a competição por senhorios ainda em disputa, como os mestrados de Santiago e Alcântara.

Além do fortalecimento de seus aliados, Enrique IV buscou remediar algumas das situações estabelecidas após Olmedo, principalmente no que diz respeito aos nobres

⁵⁵ PÉREZ DE GUZMÁN. op. cit., p. 565.

⁵⁶ PALENCIA. op. cit., p. 157: “*Aparentó también D. Enrique deseos de querer proveer con gran celo á todos los asuntos de dentro y fuera del reino, y como cada nuevo reinado exige siempre renovación de las alianzas, confirmación de las amistades pactadas y arreglo de las diferencias surgidas, aprobó el parecer de los Grandes que proponían para ello enviar embajadores á todas las naciones.*”

⁵⁷ GARCÍA VERA, María José. Poder nobiliario y poder político en la Corte de Enrique IV (1454-1474). In: **En la España Medieval**, Editorial Complutense, Madrid, 1993, nº 16, p. 236.

desterrados. Em primeiro lugar, logo ao início do reinado, é negociada a soltura e restituição dos bens dos condes de Alba de Tormes e Benavente e do almirante Fadrique Enríquez – até então exilado em território aragonês. O irmão do Almirante, Enrique Enríquez, também recebe o condado de Alba de Liste, em 1459. De acordo com Alonso de Palencia, as concessões aos Enríquez tiveram como principal influência Juan Pacheco, por pressão de sua esposa Maria de Portocarrero, sobrinha do Almirante e do novo conde de Alba de Liste, por parte de mãe. Tal percepção está de acordo com a narrativa da obra, que enfatiza o domínio em âmbito pessoal de Juan Pacheco sobre Enrique IV.

Em suma, a derrota dos Infantes de Aragão em Olmedo não os elimina por completo da política de Castela, como frequentemente pretende a historiografia⁵⁸. Ainda que se insinue um período de revés para tal grupo político, os anos finais do reinado são marcados por disputas protagonizadas tanto pelos Infantes e seus aliados castelhanos, quanto por outros grupos da nobreza do reino. De qualquer modo, o confisco e distribuição de senhorios dos desterrados, unida à criação de novos títulos nobiliárquicos, pode ser considerada como elemento central da conjuntura política do período. É através de tal conjuntura que indivíduos – como o Marquês de Santillana, Juan Pacheco, entre outros – ascendem e enriquecem a ponto de se tornarem parte da mais alta nobreza em reinados posteriores. Em todas as fontes analisadas, a figura do monarca se mostra essencial para tal jogo político, na medida em que age como (re)distribuidor de fontes de riqueza e poder. Tanto Juan II quanto Enrique IV parecem agir de acordo com tal característica modelar, beneficiando seus aliados em detrimento daqueles que lhes fazem oposição. Enquanto Juan II divide o poder, o príncipe Enrique – ou seus aliados, a depender da narrativa – se aproveita da condição de alguns dos nobres prejudicados pelos desterrados para construir e sedimentar alianças que resultariam em mais concessões no início de seu reinado. A própria associação da oposição em torno da figura do príncipe Enrique pode se atribuir tanto ao seu canal direto com o monarca Juan II quanto com o seu *status* de “monarca em potencial”. Tais noções serão exploradas a seguir.

⁵⁸ ROCHA. op. cit., p. 142: “Os conflitos envolvendo os Infantes de Aragão se estenderam até 1445, ano em que, por meio de alianças com uma parcela da nobreza, Luna conseguiu eliminar definitivamente a influência desses e dos nobres que a eles estavam aliados: o Infante Enrique de Aragão faleceu em decorrência de ferimentos durante a Batalha de Olmedo, fato que pôs término às pretensões ao trono por parte dos Infantes. O ano de 1445 contempla, ainda, dois importantes marcos na trajetória de ascensão de Álvaro de Luna. O primeiro foi a confirmação da vitória de seu projeto político, através das Cortes de Olmedo. O segundo foi sua nomeação a Mestre da Ordem de Santiago por falecimento de Dom Enrique, que anteriormente ostentava o título.”

CAPÍTULO 3

Discurso, legitimidade e a concepção política da aristocracia

Com base nas crônicas produzidas sobre o período em questão, é perceptível uma disputa de narrativas e de representação histórica na maneira como se retrata o reinado de Juan II. É justamente através da pluralidade narrativa das crônicas, da tipologia da documentação, e da inclusão de narrativas normalmente desconsideradas pela historiografia, que propomos algumas reflexões.

Produzida dentro do ambiente cortesão, a crônica tem o objetivo de construir uma narrativa específica acerca de certos acontecimentos que promovem a figura protagonista da fonte. Dessa maneira, as crônicas caracterizam seus personagens sob vários pontos de vista, essencialmente políticos e alinhados à agenda do grupo que as encomenda⁵⁹. No caso das crônicas estudadas nesta pesquisa, a maneira como se trata o reinado de Juan II e os conflitos políticos ocorridos evidencia uma disputa narrativa para construir a história.

Comparando os textos estudados, a *Crónica de Juan II*, a *Crónica del Halconero de Juan II*, a *Crónica de Enrique IV*, e a *Crónica de D. Álvaro de Luna*, é possível identificá-las em posições políticas muito bem definidas. Embora a autoria das fontes muitas vezes seja objeto de debate na historiografia, em suas estratégias narrativas, as agendas políticas dos grupos em conflito são perceptíveis. Ainda que tal disputa esteja explícita na comparação das fontes, a historiografia raramente a reconhece como elemento importante da análise. Há tendência de privilegiar uma das crônicas como mais “válida” ou “verídica”, desmerecendo, ou até mesmo desconsiderando, as demais.

A *Crónica de Juan II* e a *Crónica del Halconero de Juan II* dão grande ênfase às ações do monarca e ao confisco de senhorios dos desterrados. As crônicas buscam posicionar o rei no centro da dinâmica de distribuição de poder, alinhando seu comportamento político com expectativas modelares do poder régio, como discutiremos adiante. Há um esforço para caracterizar os eventos sob uma perspectiva favorável a Juan II – e, em certa medida, ao seu filho Enrique – que é compatível com o contexto cortesão de produção dessas crônicas. O autor

⁵⁹ MENACHE, Sophia. Chronicles and historiography: The interrelationship of fact and fiction. In: **Journal of Medieval History**, N° 32, 2006, p. 345: “*In this regard, chronicles pose the same problems as do other traditional texts that first have to be contextualised in order to be critically used in historical research. Chroniclers, moreover, approached the historical process from their own agenda, whether hidden or exposed, an agenda that medievalists have to discover and decipher*”.

ao qual se atribui a *Crónica de Juan II*, Fernán Pérez de Guzmán, tinha conexões com as grandes famílias da nobreza. Pedro Carrillo de Huete, falcoeiro e autor da *Crónica del Halconero de Juan II* – assim como Lope Barrientos – era, claramente, membro da corte castelhana. Apesar de seu caráter favorável ao monarca, as crônicas compartilham críticas que são comuns a quase todas as outras narrativas, principalmente no que diz respeito à ascendência de Álvaro de Luna sobre Juan II.

A *Crónica de Enrique IV*, de Alonso de Palencia, é mais agressiva em sua narrativa, revelando a disputa pelo plano da memória ocorrida no período. Pessimista em relação aos reinados de Juan II e, principalmente, de Enrique IV, a crônica discorre em grande medida sobre o domínio dos monarcas pelos validos, sobre a fraqueza dos reis, e a imagem de um século de crise. Pode-se perceber que essa fonte mereceu especial atenção e crédito da historiografia.

A *Crónica de D. Álvaro de Luna*, de autoria debatida e alinhada à figura do condestável, busca caracterizá-lo da melhor maneira, como um bom cavaleiro a serviço de seu rei. Exaltando D. Álvaro como senhor virtuoso, e justificando suas ações políticas através do discurso do bem comum, a crônica relata os acontecimentos aqui mencionados de uma maneira distinta das demais.

Há de se compreender que nenhuma dessas crônicas pode ser tomada como verdade dos fatos. É preciso reconhecer, através de sua tipologia documental, o valor e as limitações dessas narrativas, para que possam ser interpretadas na produção de um trabalho historiográfico⁶⁰. Ademais, levar em consideração diferentes narrativas, especialmente as que não foram privilegiadas pela historiografia, se mostra produtivo para caracterizar o século XV sob uma ótica distinta. É através de convergências e divergências na própria documentação que é possível interpretar alguns dos aspectos políticos do período. As lógicas, ideias e percepções de mundo dos autores – e dos grupos a eles associados – manifestam-se na narrativa da crônica⁶¹. Investigar como tais narrativas exaltam ou criticam a figura do monarca, por exemplo, pode

⁶⁰ Idem: “If chronicles cannot be considered a reliable source of historical analysis, they still contain a precious store of information on the expectations and fears, emotions in general and prejudices in particular, at a given time and in a given space. In this regard, one must oppose any attempt to sterilize chronicles – that is, to glean only the historical facts they may provide – for then a precious source of information may be lost”.

⁶¹ VALDALISO CASANOVA, Covadonga. Da cronística medieval como obra literaria y la literatura medieval como fuente histórica. In: **Colóquio Literatura e História: para uma prática interdisciplinar**. Lisboa: Universidade Aberta, 2005, p.115: “Las crónicas bajomedievales se estructuran en base a discursos narrativos cuidadosamente elaborados, y por eso en una crónica no importa tanto lo que se cuenta como el modo en que se hace. Para un historiador, las crónicas de la baja Edad Media son unas fuentes de gran valor porque, en su condición de textos historiográficos, no sólo aportan datos: también reflejan la percepción que sus autores tenían de su pasado, de su presente, y de la Historia en conjunto – como registro, como ejemplo, como relato de la memoria”.

fornecer pistas sobre a concepção modelar de monarquia e seu *modus operandi*. Tensionar tais concepções com a conjuntura descrita no capítulo anterior pode ser produtivo, como será apresentado a seguir.

3.1. O monarca Juan II como polo de distribuição de poder

Apesar da variedade de agentes envolvidos no cenário até agora desenhado, é necessário levar em conta a importância do monarca no jogo político. Frequentemente representado como um rei fraco, com seu poder usurpado pela figura de Álvaro de Luna, Juan II aparece nas crônicas desempenhando funções próprias do poder régio que configuram uma cultura política complexa. Por meio das expectativas acerca do papel político régio, e da maneira como se constrói um retrato do monarca pela narrativa, é possível percebê-lo como elemento político de importância central e como esses pressupostos fundamentam sua interação com outros polos do poder. Considerar as narrativas dos grupos políticos que circundam o monarca, como aliados e/ou adversários – e como esses as utilizam para legitimar o conflito – também se mostra extremamente produtivo para interpretar o período de transição entre os reinados.

Ao considerar a importância do monarca e sua centralidade, para as disputas entre redes políticas no âmbito castelhano, é preciso ressaltar que isso não quer dizer que se trate de um modelo político de tipo monopolista e centralizador. Ainda que seja inegável seu valor e sua especificidade insubstituível no jogo político, em nenhum momento aqui se pretende concordar com interpretações que promovem um ideal de monarquia ou estado que não pertence à Idade Média. Entender o ambiente político castelhano como plural, constituído por uma multiplicidade de jurisdições concorrentes e legítimas, com motivações diversas e complexas, é a base teórica fundamental deste trabalho⁶².

O monarca configura-se como peça de fundamental relevância na distribuição de poder no reino de Castela. Considerando a dinâmica dos desterros, referida anteriormente, a figura de Juan II esteve presente em praticamente todas as “movimentações” políticas do período, no papel de regulador ou intermediário, seja por representação direta ou indireta de sua vontade. Ainda que suas decisões pudessem causar o desagrado de parte da nobreza, como em várias ocasiões, tal comportamento estava de acordo com as expectativas em torno do ofício régio:

⁶² COELHO, Maria Filomena. Um universo plural: política e poderes públicos na Idade Média (séc. XII-XIII). In: TORRES FAUAZ, Armando (ed.). **La Edad Media en perspectiva latinoamericana**. Heredia: Ed. de la Universidad Nacional de Costa Rica, 2018, p. 133-150.

A submissão dos nobres ao poder real implica também a obtenção de benefícios por eles [...]. Frente à nobreza, o rei desempenha um papel de executor da justiça distributiva que outorga grandes dons em troca da fidelidade demonstrada, devendo o rei atuar com a máxima generosidade. [...] o rei efetua certa atividade de estabilizador social, pois se encarrega de manter o grande em sua grandeza e o pobre em sua pobreza.⁶³

Como discutido anteriormente, a historiografia tende a associar a nobreza a uma agenda política que enfraquece o “poder absoluto” régio, colocando o fortalecimento nobiliárquico como a antítese do fortalecimento monárquico⁶⁴. Mas é importante ressaltar que a dinâmica de distribuição de mercês e senhorios não apenas beneficia os nobres aliados a Juan II, como também o próprio monarca. Ao integrar redes políticas e fortalecer seus aliados, o rei também se fortalece, simultaneamente. A partir da concepção política de Diego de Valera, um intelectual e cortesão castelhano do século XV, Nieto Soria elabora essa dupla relação:

A nobreza contribui ao prestigiar um rei, pois ele deve sempre se preocupar de estar bem rodeado de grandes senhores. Quanto mais nobres tenha um príncipe a seu serviço, tanto mais poderoso poderá ser considerado. Deverá outorgar a esses nobres quantas mais dignidades e poderes for possível, pois a glória do soberano será maior quanto maior é o poder de seus grandes.⁶⁵

A análise aqui descrita reflete a perspectiva da *Crónica de Juan II*. Apresentar o monarca como pilar indispensável na distribuição de poder e realização da justiça parece ser uma das principais “agendas” do documento, e a importância de Juan II neste aspecto assenta-se na sua legitimidade em conceder senhorios e títulos.

Em primeiro lugar, a narrativa faz questão de sublinhar a obediência dos nobres ao monarca, principalmente seus aliados. Constrói-se um discurso político que coloca nas mãos do rei o poder da concessão legítima, tornando-o intermediário necessário para a prosperidade política dos nobres. As crônicas favoráveis ao monarca, portanto, mostram-no como chave da dinâmica política, na medida em que regula o processo de remanejamento de senhorios e títulos nobiliárquicos.

⁶³ NIETO SORIA, José Manuel. **Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII – XVI)**. Madrid: Ed. Universidad, 1988, p. 170-171. No original: “*La sumisión de los nobles al poder real implica también obtención de beneficios por aquellos [...]. Frente a la nobleza, el rey desempeña un papel de un ejecutor de la justicia distributiva que otorga grandes dones a cambio de la fidelidad demostrada, debiendo actuar el rey con la máxima largueza. [...] el rey efectúa una cierta actividad de estabilizador social, pues se encarga de mantener al grande en su grandeza y al pobre en su pobreza.*” (Tradução nossa)

⁶⁴ MONSALVO ANTÓN. op. cit., p. 93-95.

⁶⁵ NIETO SORIA. 1988, op. cit., p. 171. No original: “*La nobleza contribuye a prestigiar a un rey, por lo que éste siempre debe preocuparse de estar bien rodeado de grandes señores. Cuanto más nobles tenga un príncipe a su servicio tanto más poderoso podrá ser considerado. Se deberá otorgar a estos nobles cuantas más dignidades y poderes mejor, pues la gloria del soberano será mayor cuanto mayor es el poder de sus grandes.*” (Tradução nossa)

Ainda que tal narrativa possa – e deva – ser questionada, parece difícil divergir da opinião de que o monarca assume papel central no panorama político nos anos finais de seu reinado. O exercício político modelar da coroa como “criadora de nobres”⁶⁶, defendido como visão de mundo por parte considerável da aristocracia castelhana, pressupõe a inserção do rei no conflito político, como mediador e regulador. A junção entre modelo e realidade, no caso de Juan II, é, também, uma disputa entre narrativas. Nesse aspecto, as caracterizações da figura do monarca se posicionam entre extremos, que vão do ideal à usurpação do poder régio, pelo valido Álvaro de Luna, a depender da intencionalidade do autor. Ambas as interpretações apresentam a coroa – que nesse caso deve ser entendida separadamente do corpo físico do rei – como a verdadeira fonte do poder monárquico. Este aspecto será mais bem elaborado adiante.

A *Crónica de Juan II* continua a legitimar a concessão régia, na medida em que é procurada por nobres fora da esfera dos aliados do monarca castelhano. No caso concreto do Almirante de Castela e do Conde de Benavente, ambos procuram reaver suas posses através do perdão régio após a Batalha de Olmedo⁶⁷. A concessão do perdão e a escolha do monarca como fonte legítima para a distribuição de justiça são elementos que auxiliam em uma caracterização positiva de Juan II.

A importância do perdão régio na narrativa da crônica é clara em diversos momentos, como no contexto agora citado, apontando uma estratégia narrativa de valorização da figura do monarca. De acordo com Nieto Soria:

O perdão régio foi uma das expressões mais características, talvez a mais perceptível, do que, no contexto baixomedieval, se entendeu como o exercício do governo pela graça, considerando-se que falar da graça régia era referir-se, em primeira instância, à capacidade do rei para perdoar. Por isso, é compreensível que grande parte da valoração positiva ou negativa que poderia ser feita da ação governamental de um monarca dependesse precisamente do sucesso ou do insucesso que ele havia demonstrado na aplicação do perdão, podendo pecar como injusto, ou pela inclinação excessiva para perdoar, ou o contrário, o que faria dele um rei cruel.⁶⁸

Em um período marcado por enfrentamentos políticos, a demonstração de magnanimidade com base no perdão é uma via de fortalecimento e formação de alianças para

⁶⁶ Ibidem, p. 169.

⁶⁷ PÉREZ DE GUZMÁN. op. cit., p. 500.

⁶⁸ NIETO SORIA. 2002, op. cit., p. 215. No original: “*El perdón real fue una de las expresiones más características, acaso la más perceptible, de lo que, en el contexto bajomedieval, se entendió como el ejercicio del gobierno por la gracia, considerándose que hablar de la gracia real era referirse en primera instancia a la capacidad del rey para perdonar, por lo que resulta comprensible que buena parte de la valoración positiva o negativa que se pudiera hacer de la acción gubernativa de un monarca dependiera precisamente del acierto o desacierto que hubiera mostrado en su aplicación, pudiendo pecar de injusto, bien por la excesiva inclinación a perdonar o a lo contrario, lo que le convertiría en un rey cruel.*” (Tradução nossa)

o monarca – duradouras ou não – tal como a distribuição de riquezas e de poder. É possível perceber esse aspecto nas ações de Juan II após Olmedo, bem como na reaproximação de Enrique IV com os prejudicados pela conjuntura dos desterros.

Outro caminho utilizado para legitimar as concessões régias é a deslegitimação dos opositores de Juan II. No caso específico dos mestrados de Santiago e Calatrava, as candidaturas de Rodrigo Manrique e de D. Alonso, filho do rei de Navarra, são tratadas em contraposição às candidaturas promovidas pelo monarca. No caso de Rodrigo Manrique, é possível perceber um esforço de deslegitimação na narrativa da crônica:

Estando as coisas nesse estado, o Rei de Aragão escreveu a Rodrigo Manrique fazendo-lhe saber como ele teria concordado e acordado com o Santo Padre Eugenio, que lhe fosse entregue o Mestrado de Santiago, apesar da eleição do Condestável Don Alvaro de Luna, e que dali em diante ele poderia bem se chamar de Mestre de Santiago: e por essa causa Rodrigo Manrique, conhecendo o enfrentamento que começava entre o Rei e o Príncipe, tomou logo para si o título de Mestre, sem esperar as bulas do Santo Padre, nem a vontade do Rei, nem a voz dos Comendadores, e logo escreveu ao Príncipe e a Don Juan Pacheco, Marquês de Vilhena, fazendo-lhes saber como tinha assumido o título de Mestre.⁶⁹

No entanto, alusões à autoridade papal de Eugênio IV e dos comendadores das ordens militares na escolha dos mestres demonstram como as crônicas, ainda que favoráveis ao monarca, não buscavam construir uma imagem de caráter monopolista. Mesmo que Juan II tenha incentivado a eleição de candidatos específicos aos mestrados de Santiago e Calatrava, não o faz por decisão monocrática, mas pelo apelo aos comendadores e seus votos, respeitando um polo de autoridade específico.

Ao mesmo tempo em que o monarca se apresenta como fonte de legitimidade política, a figura do herdeiro, procurada por nobres “fora das graças” do rei, aparece como alternativa. O príncipe Enrique se mostra como canal de acesso aos benefícios régios na medida em que trata com nobres desterrados e representantes de Aragão e Navarra, como o Almirante e o Conde de Benavente, atuando em prol de seus interesses quando lhe convém. De acordo com Suárez Fernández, o príncipe teria se tornado o novo articulador de uma “oposição nobiliária” ao Condestável após a “queda” dos infantes em Castela⁷⁰, como discutido no capítulo anterior.

⁶⁹ PÉREZ DE GUZMÁN. op. cit., p. 524. No original: “*Estando las cosas en este estado, el Rey de Aragón escribió á Rodrigo Manrique haciéndole saber como él tenia concordado, y asentado con el Santo Padre Eugenio, que le proveyese del Maestrazgo de Santiago, no enbargante la elección hecha en el Condestable Don Alvaro de Luna, é que dende adelante se podría bien llamar Maestre de Santiago: é por esta causa Rodrigo Manrique conociendo la división que se comenzaba entre el Rey, y el el Príncipe, tomó luego los pendones é título de Maestre, sin esperar las bulas del Santo Padre, ni la voluntad del Rey, ni la voz de los Comendadores, é luego escribió al Príncipe, é á Don Juan Pacheco Marques de Villena, haciéndoles saber como habia tomado el título de Maestre.*” (Tradução nossa)

⁷⁰ SUÁREZ FERNÁNDEZ. op. cit., p. 540

Ainda que a historiografia construa um enfrentamento bipolar – baseado em projetos políticos – entre os partidários do Príncipe e do Condestável, após 1445, é mais provável que os agentes políticos tenham se aliado a Enrique por motivos diversos, visto que a conformação do grupo de oposição era heterogênea e integrava diversos subgrupos internos. A partir da conjuntura criada pela Batalha de Olmedo, porém, parece seguro considerar que alguns desses nobres reconhecem no Príncipe uma alternativa de legitimidade. Enrique poderia, como alguém próximo ao monarca e capaz de interferir na dinâmica de distribuição de poder, ou, principalmente, como um “monarca em potencial”, acolher o pleito das redes políticas não beneficiadas pelo arranjo em torno de Juan II. Em alguns casos, é o que de fato ocorre, como os benefícios que concede à família Enríquez, no início de seu reinado.

É possível perceber, portanto, alguns dos valores políticos que a narrativa da crônica busca exaltar na figura régia. Há uma agenda política que orienta a elaboração dessas narrativas, e o rei, como seus antecessores e sucessores, se utiliza dos mecanismos ali elaborados para legitimar suas decisões e justificar os conflitos dentro e fora do plano da crônica. Afirmar que apenas o monarca, ou seus aliados, podem se beneficiar da construção política tecida pela narrativa seria opor as aspirações da monarquia às da nobreza, no plano dos projetos políticos. Tal perspectiva desconsideraria que essa ideia modelar de coroa também pode legitimar conflitos contra o próprio rei.

3.2. A plasticidade da Coroa como instrumento político

Os ideais de “coroa”, “bem comum”, e proteção do reino são pontos marcantes da construção do discurso legitimador nobiliárquico, tanto dos opositores quanto dos apoiadores do monarca. Esses conceitos se relacionam diretamente com a concepção da ordem dominante no medievo, em que a aristocracia é responsável pelo bom funcionamento da sociedade e pela sua proteção. A Coroa pode ser utilizada, naturalmente, para legitimar ações do monarca, mas também para atender às demandas da aristocracia que a ele se opõe. Nieto Soria explica essa dualidade, aparentemente contraditória:

A sobrevivência do reino já não se encontra vinculada à persona do rei, mas, para os nobres rebeldes, o reino adquire projeção eterna através da Coroa, à margem da figura real. Assim, através da alusão à Coroa, a crítica ao rei e sua legítima deposição já é possível, uma vez que isso não prejudica necessariamente o reino, cuja expressão máxima não é mais encontrada no rei, mas na Coroa. Assim, o valor ideológico-político do conceito de Coroa Real é extraordinário e fundamental no

desenvolvimento das revoltas nobres do século XV. Sem o apelo a tal conceito, a justificação das atitudes nobres contra o rei dificilmente poderia ter sido sustentada.⁷¹

Portanto, é através de uma construção política própria da aristocracia – de responsabilidade sobre o bem comum da sociedade medieval como um todo – e da dissociação entre a Coroa e a figura pessoal do monarca, que o conflito político pode ser legitimado por outro caminho. Esse tipo de construção político-ideológica serve tanto aos interesses do monarca quanto aos da aristocracia. É no plano da interpretação desta teoria política que ocorrem os conflitos, na medida em que a aristocracia reconhece na figura do monarca, ou em um aliado – como é o caso de Álvaro de Luna – uma ameaça ao bem comum do reino. A depender do caso, se estruturará um discurso de salvação que defende o resgate do monarca das mãos de um tirano, como ocorre entre 1445 e 1454 no discurso dos Infantes de Aragão e da nobreza, ou o resgate da coroa das mãos de um monarca incompetente ou injusto⁷². Em uma carta, Juan de Navarra, Infante de Aragão, utiliza tais argumentos para justificar suas ações contra o grupo de Juan II, do qual fazia parte D. Álvaro de Luna:

Muito excelente Príncipe, Rei e Senhor: o Rei de Navarra, e o Infante Dom Enrique, e o Almirante vosso primo, e os outros Condes e Cavalheiros que estamos na cidade de Ávila a vosso serviço, vos fazemos saber, que lemos as *letras de creencia* que de parte de Vossa Senhoria nos foram dadas por vossos Embaixadores: [...] suplicamos a Vossa Senhoria queira com ânimo atento olhar como todas as coisas passadas foram em grande detrimento de vossa Coroa [...] por vós, Senhor, quis submeter vosso poderio real tanto absoluto quanto ordinário ao vosso Condestável [...]. [...] E se vosso Condestável ocupou e usurpou vosso poder pela forma que os bons príncipes devem governar, [...] como ele sempre procurou destruir e derrubar os Nobres e Grandes de vossos Reinos, [...] e não somente isto fez entre os Grandes, mas em todas vossas cidades e vilas, querendo fazer-se soberano de todos com grande soberba e cobiça [...]: o qual foi grande injúria e menosprezo de vossa Coroa Real e de vossos súditos naturais.⁷³

⁷¹ NIETO SORIA. 1988, op. cit., p. 174. No original: “*La supervivencia del reino ya no se encuentra vinculada a la persona del rey, sino que, para los nobles sublevados, el reino adquiere proyección eterna a través de la Corona, al margen de la figura real. Así, por tanto, a través de la alusión a la Corona ya es posible la crítica al rey y su legítima deposición, en cuanto que ello no tiene por qué perjudicar necesariamente al reino, cuya expresión máxima ya no se encuentra en el rey, sino en la Corona. Es así que el valor ideológico-político del concepto de Corona Real es extraordinario y fundamental en el desarrollo de las sublevaciones nobiliarias del siglo XV. Sin la apelación a tal concepto, la justificación de las actitudes nobiliarias en contra del rey apenas se habría podido sostener.*” (Tradução nossa)

⁷² MONSALVO ANTÓN. op. cit., p. 110-113.

⁷³ PÉREZ DE GUZMÁN. op. cit., p. 401. No original: *Muy excelente Príncipe, Rey é Señor: el Rey de Navarra, y el Infante Don Enrique, y el Almirante vuestro primo, é los otros Condes é Caballeros que estamos en la cibdad de Ávila á vuestro servicio, vos hacemos saber, que leímos las letras de creencia que de parte de Vuestra Señoría nos fueron dadas por vuestros Embaxadores: [...] suplicamos á Vuestra Señoría quiera con atento ánimo mirar como las cosas pasadas todas han seydo en gran detrimento de vuestra Corona [...] por vos Señor haber querido someter vuestro real poderío así absoluto como ordinario á vuestro Condestable [...]. [...] É si vuestro Condestable ha ocupado é usurpado vuestro poder por la forma que los buenos príncipes deben gobernar, [...] como él sienpre ha procurado destruir é derraigar los Nobles é Grandes de vuestros Reynos, [...] é no solamente esto ha hecho entre los Grandes, mas aun en todas vuestras cibdades é villas, queriendo hacerse soberano de todos con gran soberbia y desordenada codicia [...]: lo qual fue grande injuria é menosprecio de vuestra Corona Real y de todos vuestros súbditos naturales*”. (Tradução nossa)

Trata-se de resgatar a Coroa, e, nesse caso, também o próprio monarca, das mãos de um inimigo do bem comum e violador da ordem natural. Tal discurso possui peso evidente, e não é utilizado apenas pelos Infantes de Aragão. O próprio Juan II, justificando a prisão e execução de Álvaro de Luna, se utiliza de chaves interpretativas muito semelhantes:

Bem sabeis, [...] que por certas causas justas e razões legítimas que a isto me moveram, empregadas a serviço de Deus e meu, [...] e a execução de minha justiça, e não menos à dignidade de minha coroa, [...] pelas grandes [...] e detestáveis coisas que Dom Álvaro de Luna, [...] fazia e cometia em meus Reinos [...], usurpando enquanto nele estava, [...] apoderando-se de todo ele, e dos ofícios de minha casa, e do regimento e governança dos meus Reinos, e apropriando e aplicando tudo a si. E entre as outras coisas, querendo igualar-se comigo, [...] sem reverência nem acatamento à preeminência e honra naturalmente devidas à dignidade real e ao estado dela, e minando, e mingando, e diminuindo meu patrimônio e coroa real [...].⁷⁴

Na medida em que essa fundamentação política é utilizada por todos os lados, como sustentação teórica nas disputas, é difícil afirmar que o conflito se dá exclusivamente em termos de fortalecimento ou enfraquecimento monárquico. Considerando que a coroa é instrumentalizada para legitimar tanto ações régias quanto nobiliárquicas – a própria cultura política é fruto de cooperação entre ambas⁷⁵ – é necessário explicar a situação política de 1445 a 1454 em termos mais contextualizados, em detrimento de uma simples polarização entre nobreza e monarquia. Além de ser difícil, em termos práticos, caracterizar nobreza e monarquia como antíteses em conflito – a nobreza está presente em ambos os bandos de Olmedo, assim como a monarquia – em termos ideológico-políticos tal configuração se mostra igualmente improvável.

Deixar de associar os conflitos políticos após a batalha de Olmedo a etiquetas e partidos homogêneos constitui um passo em uma direção mais complexa. Reconhecer a atuação de diversas redes políticas no território castelhano, as justificativas utilizadas para legitimar o conflito, e o papel do monarca como fonte de legitimidade e de ascensão para beneficiados e de ilegitimidade e descenso para prejudicados pelos “desterros” após Olmedo, parece ser uma boa chave explicativa para o período de rearranjo político de 1445 a 1454. Ademais, se em termos de configuração política das redes o enfrentamento bipolar entre nobreza e monarquia

⁷⁴ Ibidem, p. 565-566. No original: “*Bien sabédes, [...] que por ciertas justas causas y legítimas razones que á ello me moviéron, cumplideras á servicio de Diós y mio, [...] é a la esecucion de mi justicia, é no ménos á la dignidad de mi corona, [...] por las muy grandes [...] y detestables cosas que Don Álvaro de Luna, [...] hacia y cometía en mis Reynos [...], usurpando en quanto en él fue, [...] apoderándose de todo ello, y de los oficios de mi casa, y del regimiento y gobernación de mis Reynos, é apropiándolo y aplicándolo todo á sí. Y entre las otras cosas, él queriéndose igualar conmigo [...] no habiendo reverencia ni acatamiento á la preheminiencia y honor naturalmente debidos á la dignidad real y al estado della, y menoscabando y amenguando y disminuyendo mi patrimonio é corona real [...]*”. (Tradução nossa)

⁷⁵ ESCALONA MONGE, Julio. Los nobles contra su rey. Argumentos y motivaciones de la insubordinación nobiliaria de 1272-1273. *Cahiers d’Études Hispaniques Médiévales*, nº25, 2002, p.132.

se mostra pouco operativo, em termos de valores políticos, tal oposição não se configura. O fortalecimento da monarquia, ou o aumento das prerrogativas inclusas no modo de governar, não promove uma exclusão dos nobres da política. Opor-se ao partido em que está o monarca não significa opor-se ao fortalecimento da Coroa. Dessa maneira, parece mais operativo considerar a concepção política não como fator determinante para a conformação de todos esses grupos, mas como um elemento a mais na sua inerente complexidade.

REFLEXÕES FINAIS

Os reinados de Juan II e Enrique IV foram palco de mudanças consideráveis na política do reino de Castela. Categorias como nobreza, bando nobiliárquico e monarquia são chaves interpretativas das narrativas historiográficas acerca do período, e do século XV como um todo. Há uma tendência generalizada – fortemente associada às caracterizações de reinados posteriores – de apresentar tais categorias como polos em competição. A esses opostos são atrelados valores políticos específicos. No caso da monarquia, identifica-se aquilo que um dia se tornaria o Estado Moderno, estável e centralizado. No caso da nobreza, identifica-se a instabilidade institucional e política, a ardileza, e o egoísmo no exercício do poder. A imagem do monarca forte e que submete a nobreza, portanto, é usada por alguns historiadores como comparação – e crítica – aos reis Juan II e Enrique IV, predominantemente conhecidos pelo caráter submisso e pela “instabilidade” de seus reinados.

A polarização entre nobreza e monarquia, quando contrastada com a narrativa das fontes, não é operativa. Ainda que exista a continuidade de alguns de seus argumentos para o discurso historiográfico – principalmente no que diz respeito ao caráter submisso dos monarcas – os valores associados à nobreza e à monarquia pela historiografia não demonstram ser operativos para se conhecer a configuração dos grupos que competem pelo poder.

Mesmo os dois “bandos” da Batalha de Olmedo, dos Infantes de Aragão e de Álvaro de Luna, possuíam em sua composição uma complexidade que – se não é possível depreender no momento da batalha – certamente é visível nos anos posteriores. A dinâmica dos desterros e as movimentações políticas que ocorrem na transição entre os dois reinados podem esclarecer aspectos da conformação dessas redes políticas, e auxiliar a compreender a sua representação. Parece seguro dizer que a política dos anos finais de Juan II excede o enfrentamento entre Álvaro de Luna e o príncipe Enrique, suposto “fantoche” de Juan Pacheco.

Ao analisar com atenção a constituição dos grupos, pode-se perceber uma primeira incompatibilidade com o modelo de blocos homogêneos e antagônicos já mencionado: os indivíduos da alta, baixa e ascendente nobreza estão presentes em todos os “bandos” apresentados pela narrativa da crônica. São eles que protagonizam o jogo político – que gira ao redor da figura de Juan II – a favor ou contra o partido do rei. Seriam os nobres, que se aliam ao monarca, traidores dos interesses e valores de seu grupo, ou até mesmo visionários de uma monarquia que ainda estava por vir? Tais problematizações, sozinhas, já suscitam a necessidade de alterar a chave explicativa.

Além de sua configuração, a própria cultura política adotada pela nobreza e monarquia dificulta tratá-los como opostos em conflito. Através das estratégias narrativas das crônicas, especialmente aquelas favoráveis ao monarca, pode-se perceber alguns aspectos fundamentais que são sublinhados em um esforço de legitimação e exaltação da figura de Juan II. As expectativas em relação à distribuição de poder impossibilitam que o rei virtuoso se porte como inimigo da nobreza – ou que governe sem seu auxílio (*consilium*). A concepção política da aristocracia – da qual o rei faz parte, como um *primus inter pares* – é fruto de cooperação. Entretanto, isto não significa que o plano dos acontecimentos esteja livre de conflito e competição, muito pelo contrário. As próprias características de juiz e distribuidor de justiça colocam o monarca no centro do conflito, na medida em que o modelo é interpretado de diversas maneiras, tanto pelos beneficiados quanto pelos prejudicados do jogo político.

Mesmo assim, quando um nobre é prejudicado nessa dinâmica, não significa que irá defender uma redução das atribuições régias. A separação entre a Coroa e a figura pessoal do monarca permite um discurso legitimador que faz sentido para a cultura política do período – vista sua ampla utilização por diversos grupos – e que permite a oposição ao rei sem questionar as prerrogativas da monarquia.

Portanto, não se pretende afirmar aqui a impossibilidade de que os agentes políticos, em um âmbito individual, tenham concepções distintas de como deve operar o governo do rei. A dificuldade consiste em opor duas concepções – a defesa do centralismo e do pluralismo – como características estruturantes para definir um período tão extenso como o século XV castelhano, e grupos tão heterogêneos como os estudados aqui neste trabalho. Analisar o período de transição entre os reinados sob uma lógica de redes políticas – algo que está presente na própria documentação – pode ser interessante para fornecer novas perspectivas ao panorama historiográfico. Ademais, introduzir novos sujeitos e valorizar aspectos pouco trabalhados pela historiografia – como a centralidade do monarca na distribuição de justiça – parece ser um passo em direção promissora.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

CARRILLO DE HUETE, Pedro. **Crónica del Halconero de Juan II**. MATA CARRIAZO, Juan de (ed.). Granada: Universidad de Granada, 2006.

MIGUEL DE FLORES, Josef. **Crónica de D. Álvaro de Luna, condestable de los reynos de Castilla y de Leon**. Copia digital. Valladolid: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009-2010. Madrid: en la imprenta de D. Antonio de Sancha, 1784.

PALENCIA, Alonso de. **Crónica de Enrique IV**, intr. de A. Paz y Melia. Madrid: BAE, 1973.

PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán. **Crónica del señor don Juan, segundo de este nombre em Castilla y en Leon**. Valladolid: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009-2010. En Valencia: en la imprenta de Benito Monfort, 1779.

Bibliografía

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel. “Del gobierno de la oligarquía a la tiranía de D. Álvaro (1435-1439). **Espacio Tiempo y Forma**, Serie III Historia Medieval, N° 30, 2017, p. 15-82.

_____. El creciente malestar de las Cortes Castellanas ante la invasión de la vida municipal por la nobleza (1433-1435). In: **Espacio, Tiempo y Forma**, Serie III, H.^a Medieval, N° 27, 2014, p. 37-108.

COELHO, Maria Filomena. Um universo plural: política e poderes públicos na Idade Média (séc. XII-XIII). In: TORRES FAUAZ, Armando (ed.). **La Edad Media en perspectiva latinoamericana**. Heredia: Ed. de la Universidad Nacional de Costa Rica, 2018, p. 133-150.

ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana. Enrique IV de Castilla, un rey cruzado. In: **Espacio, Tiempo y Forma**, Serie III, H.^a Medieval, N° 17, 2004, p. 143-156.

ESCALONA MONGE, Julio. Los nobles contra su rey. Argumentos y motivaciones de la insubordinación nobiliaria de 1272-1273. **Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales**, N° 25, 2002, p.131-162.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. La época medieval. In: ARTOLA, Miguel. **Historia de España**. Alianza Editorial, Madrid, 1988.

GARCÍA VERA, María José. Poder nobiliario y poder político en la Corte de Enrique IV (1454-1474). In: **En la España Medieval**, Editorial Complutense, Madrid, 1993, N° 16, p. 223-237.

GÓMEZ REDONDO, Fernando. El conflicto de ser rey: Juan II, caballero andante. **Annexes des Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales**, vol. 16, 2004, p.199-218.

FORONDA, François. La privanza, entre monarquía y nobleza. In: NIETO SORIA, José Manuel (dir.), **La monarquía como conflicto en la Corona castellano-leonesa** (c. 1230-1504), Madrid, Sílex, 2006, p. 73-132.

MANZANO MORENO, Eduardo. Épocas Medievales. In: FONTANA, J.; VILLARES, R.. **Historia de España**. Madrid: Critica/Marcial Pons, 2010.

MENACHE, Sophia. Chronicles and historiography: The interrelationship of fact and fiction. In: **Journal of Medieval History**, N° 32, 2006, p. 333-345.

MONSALVO ANTÓN, José María. El conflicto "nobleza frente a monarquía" en el contexto de las transformaciones del estado en la Castilla Trastámara. In: JARA FUENTE, José Antonio (Org.). **Discurso político y relaciones de poder: Ciudad, nobleza y monarquía en la Baja Edad Media**. Madrid: Ed. Dykinson, 2017.

MONTERO MÁLAGA, Alicia Inés. Dos cronistas para un reinado: Alonso de Palencia y Diego Enríquez del Castillo. **Estudios Medievales Hispánicos**, N° 2, 2013, p. 107-128.

NIETO SORIA, José Manuel. **Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII – XVI)**. Madrid: Ed. Universidad, 1988.

_____. "Los perdones reales en la confrontación política de la Castilla Trastámara". **En la España Medieval**, N° 25, 2002, p.213-266.

O'CALLAGHAN, Joseph F. **A History of Medieval Spain**. Cornell University Press, Ithaca, 1975.

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Editorial Estampa, Lisboa, 1995.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. **Historia de España: Edad Media**. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1970.

VALDALISO CASANOVA, Covadonga. Da cronística medieval como obra literária y la literatura medieval como fuente histórica. In: **Colóquio Literatura e História: para uma prática interdisciplinar**. Lisboa: Universidade Aberta, 2005, p. 115-125.

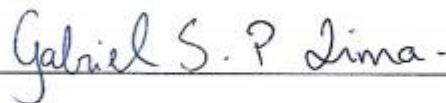
VALDEON BARUQUE, Julio. Reino de Castilla en la Edad Media. In: SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis (Org.). **Panoramas de la historia universal**. Bilbao: Ediciones Moreton, S.A., 1968.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. Imponer el miedo en la política bajomedieval castellana. In: **En la España Medieval**, vol. 26, 2013, p. 61-78.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Gabriel Soledade Pereira Lima, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Redes políticas do poder monárquico: os reinados de Juan II e Enrique IV de Castela (Século XV)” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideais e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 30 de abril de 2021.

A handwritten signature in black ink that reads "Gabriel S. P. Lima". The signature is written in a cursive style and is positioned above a horizontal line.

Gabriel Soledade Pereira Lima